PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edson Machado de Brito

Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edson Machado de Brito

Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e disputa política no debate da imprensa

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Heloísa de Faria Cruz.

SÃO PAULO
2008

BANCA EXAMINADORA

Dedico a Danusa, que muito me ajudou na produção desta pesquisa, com amor.

E a todos os que acreditam que as lutas sociais podem gerar uma sociedade tolerante, livre dos preconceitos e sem presídios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 7

CAPÍTULO I – O LUGAR DA COLÔNIA PENAL DE CLEVELÂNDIA DO NORTE NA HISTORIOGRAFIA..... 18

1.1 CONSTITUIÇÃO DA ORDEM REPUBLICANA NO BRASIL..... 19

1.2 A HISTORIOGRAFIA E O SILENCIAMENTO DAS VOZES DISSIDENTES.. 23

1.3 A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE..... 26

CAPÍTULO II – 1927: A IMPRENSA E O DESMONTE DO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE..... 41

CAPÍTULO III – HISTÓRIAS DA RESISTÊNCIA NO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE..... 65

3.1 “A TERRA QUE DEUS ESQUECEU”..... 65

3.2 O COTIDIANO DA RESISTÊNCIA..... 69

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 86

FONTES..... 91

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e disputa política no debate da imprensa”, busca visualizar, nas fontes da imprensa, as lutas sociais nas quais o presídio de Clevelândia do Norte esteve inserido. Rompendo com a perspectiva que silencia as vozes dissidentes, busca-se compreender que o presídio foi uma resposta do Estado às manifestações “tenentistas” e anarquistas, entre outras manifestações da oposição no período. O estudo aponta para outra interpretação das ações repressivas do governo republicano, considerando que, ainda que os direitos dos presidiários tenham sido violados através da tortura, da fome, da sede, das doenças e da morte, a resistência não sucumbiu, e o tema Clevelândia retornou à cena política após a dissolução do presídio, em dezembro de 1926, quando a imprensa iniciou um acirrado debate, manifestando as disputas políticas que aconteciam no país naquele momento. A historiografia oficial e os seus desdobramentos têm tratado o presídio de Clevelândia como uma das ações repressivas que produziu a suposta derrota da dissidência. Essa perspectiva historiográfica mantém silenciada “a voz dos vencidos”, fazendo parecer que a história é um processo determinado pela vontade do Estado e dos “vencedores”. O presente estudo vem inovar os debates sobre o presídio de Clevelândia do Norte, rompendo com a vertente que interpreta a repressão, e especificamente Clevelândia, como fator da derrota da resistência dissidente. Aqui, Clevelândia do Norte será interpretada como a manifestação das lutas sociais e da resistência contra a opressão.

Palavras-chave: Clevelândia, Oiapoque, presídio, repressão, resistência, imprensa.

Abstract

This work, entitled *"From the sense to meanings of the North Clevelândia Prison: repression, resistance and political dispute in the debate of the press"*, proposes a view, in the press material, of the social struggles ,in which, the prison of Clevelândia North was inserted . Breaking with the perspectives that silence the dissident voices, this work proposes an understanding that the prison was an answer of State to “tenentistas” and anarchists movements, among others, the opposite movements in the period. The study points to another interpretation of the repressive actions of the republican government, considering that even if the prisoner’s rights have been violated by torture, hunger, thirst, disease and death, the resistance not succumbed, and the Clevelândia theme returned to the political scene after the dissolution of the prison in December 1926, when the press started a strong debate, expressing the political disputes that was happening in the country at that time. The official historiography and its developments have treated the prison of Clevelândia as one of the repressive actions that produced the supposed defeat of the dissent. That historiography perspective keep silenced "the loser’s voice," making an opinion, that the history is a process determined by the will of the State and of the "winners". This study comes to innovate the discussions about the prison of Clevelândia North, breaking with the side that interprets the prosecution, and specifically Clevelândia, as a factor of the dissident’s resistance defeat. Here, Clevelândia North will be interpreted as a manifestation of the social struggles and the resistance against the oppression.

Keywords: Clevelândia, Oiapoque, prison, repression, resistance and press.

INTRODUÇÃO

Caminhar pelas ruas da vila militar de Clevelândia do Norte desperta em mim sentimentos variados. Significa estar no meio da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, observando o relevo levemente ondulado do Planalto das Guianas, às margens do rio Oiapoque que desenha com seu curso a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Situada no município do Oiapoque, no estado do Amapá, a vila de Clevelândia do Norte fica na margem direita do rio Oiapoque, no limite territorial com a Guiana Francesa, território que a França conseguiu preservar sob seu domínio até os dias atuais. Essa região é caracterizada pela densa cobertura da floresta amazônica, recortada por rios e igarapés. A vila é habitada por militares do exército brasileiro e algumas famílias civis. Nos seus arredores há presença de povos indígenas que vivem em aldeias, pequenos agricultores e garimpeiros, entre outros agentes sociais.

O Amapá é, atualmente, o estado que mantêm o maior nível de ecossistemas preservados na Amazônia[1], o que não significa que a localidade seja desabitada ou que seja um “paraíso intocado”, mas apenas que, a devastação empresarial ainda atinge lentamente o estado. O rio Amazonas contribui de forma significativa para o isolamento geográfico dessa unidade federativa em relação ao restante do país, pois não há estradas e nem pontes ligando o Amapá aos outros estados.

O acesso ao município do Oiapoque é dificultado pela precariedade dos meios de transporte e das estradas da região. A única rodovia que liga Macapá, capital do estado do Amapá, ao Oiapoque – a BR-156, não é totalmente pavimentada, e no percurso da viagem os veículos que fazem o transporte de passageiros e cargas atravessam terras indígenas (reserva do Uaçá), passando sobre pontes de madeira desgastadas pela ação do tempo. A má conservação da estrada e as fortes chuvas provocam a inviabilidade do tráfego no período do inverno, chegando ao ponto de ser necessário interditar a estrada por falta de segurança (o inverno na Amazônia é marcado por intensas chuvas no período de dezembro a junho). Nesse caso restam as opções de viajar de barco ou em aviões

de pequeno porte das empresas locais.

Durante a viagem ao Oiapoque pela BR-156, frequentemente os passageiros são obrigados a descerem para empurrarem o ônibus em meio aos “atoleiros”, prosseguindo viagem com lama por todo o corpo. Chegando ao Oiapoque, há mais uma viagem por uma estrada vicinal, também não pavimentada, até Clevelândia do Norte, local “onde o Brasil começa”, segundo uma placa indicativa.

Figura 1 – Mapa do estado do Amapá, com a localização do município do Oiapoque e o distrito de Clevelândia do Norte na fronteira com a Guiana Francesa.
Fonte: *GuiaNet*, disponível em www.guianet.com.br/ap/mapaap/htm. Acesso em 29/03/2008.

A incorporação definitiva da região do Oiapoque ao Brasil é fato recente. O Tratado de Berna, que definiu o rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, foi assinado em dezembro de 1900, e antes desse tratado, a localidade foi o palco de intensas disputas territoriais envolvendo franceses e

[1] Sobre o estado de preservação dos ecossistemas no Amapá, ver: GEA – GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Bases do Desenvolvimento Sustentável. Coletânea de Textos. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 1999.

portugueses, e mais tarde franceses e brasileiros[2].

Após o Tratado de Berna, o governo brasileiro decidiu criar a colônia agrícola de Clevelândia do Norte, com o objetivo de ocupar a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Em maio de 1922 a vila foi inaugurada, contando com amplos e confortáveis prédios, construídos para receber os colonos que foram destacados do nordeste para a localidade. Referindo-se ao projeto de construção da vila, Alicino Rogério (1971) lembra de um boletim oficial formulado pelo *doutor* Heráclito de Souza Araújo, em 1923, que afirmava que "este grupo de prédios é o melhor que se encontra desde Belém até Oiapoque". A inauguração da vila deu início oficial às atividades agrícolas levadas a cabo pelos colonos, e paulatinamente, a densa floresta cedeu lugar à produção agrícola frutífera, leguminosas e outras atividades.

Atualmente convivem na região do Oiapoque índios, garimpeiros, madeireiros, cidadão brasileiros, franceses e de outras nacionalidades que mantêm relações comerciais pouco convencionais, em que a moeda utilizada pode ser tanto o real quanto o euro, ou o ouro. Há uma grande pressão de brasileiros que tentam, por todos os meios, entrar no território francês, em busca de trabalho, e com freqüência fazem a travessia do rio Oiapoque de forma ilegal, se deslocando na madrugada para a Guiana Francesa, em "catraias" ou "voadeiras"[3]. Os "catraieiros" cobram uma alta quantia em dinheiro para fazer a travessia ilegal de clandestinos[4].

No Amapá, a dinâmica social tem peculiaridades nas relações sociais devido a forte influência da cultura indígena. O meio de transporte mais utilizado é o fluvial, por meio de canoa ou de pequenas embarcações que não exigem grande velocidade nos deslocamentos. O extrativismo vegetal e animal proporciona moradia adaptada ao clima e uma alimentação saudável e acessível.

Por ter nascido e vivido nessa região, não me surpreendo com o que vejo, e essa realidade não me remete ao "mundo maravilhoso" ou ao temor do "inóspito". Em Clevelândia, fico a pensar nos testemunhos, noticiários e entrevistas publicadas pela imprensa brasileira nos últimos anos da década de 1920, que retratavam o presídio constituído na localidade.

---

[2] Sobre os conflitos territoriais na região e o Tratado de Berna, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel,1968, Tomo I, volume I, p. 257-272.

[3] A "catraia" é uma pequena embarcação de madeira, coberta, com motor diesel, que transporta passageiros e cargas na região do Oiapoque. A "voadeira" também é uma embarcação de pequeno porte, de alumínio, semelhante a uma lancha, sem cobertura, movida com motor a diesel.

[4] A "catraia" é um meio de transporte legal. Somente alguns "catraieiros" fazem o transporte ilegal.

Refletir sobre a prisão de Clevelândia do Norte pressupõe pensar no contexto histórico do Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando o regime republicano se constituía em meio aos conflitos sociais que atemorizavam as autoridades.

Na obra *A resistência anarquista:uma questão de identidade (1927-1937)* (2002), Raquel de Azevedo observa que o acirramento das lutas sociais nas primeiras décadas do século XX produziu um modelo de Estado que cerceava a liberdade e utilizava o arbítrio e a violência contra anarquistas, militares rebelados, comunistas e indigentes que viviam nas ruas das cidades.

Elizabeth Cancelli (2002) afirma que o regime republicano recém-criado promulgou o novo código penal pelo Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. A legislação estabelecia que o sistema prisional deveria se orientar pela prática da "regeneração" dos presidiários, no entanto, na realidade, as prisões eram caracterizadas pela ausência de habitalide e pela violência física desmedida contra os presidiários.

Dentre as prisões que serviram para reprimir os grupos dissidentes naquele contexto, foi criado o presídio de Clevelândia do Norte, no Oiapoque.

O presídio de Clevelândia do Norte funcionou num contexto de confronto social. A discussão sobre o presídio é uma temática cheia de lacunas, tratada pela historiografia apenas como o local de suplício dos sujeitos que o Estado considerava "fora da ordem".

O presente estudo se propõe a romper com a historiografia conservadora, inovando a discussão sobre o presídio de Clevelândia do Norte em dois sentidos: em primeiro lugar, compreendendo que o presídio foi constituído no seio das lutas sociais na década de 1920, sem, contudo, provocar o declínio das lutas revolucionárias levadas a cabo pelos setores populares. E em segundo lugar, percebendo Clevelândia como uma prisão que esteve no centro das disputas políticas do período posterior ao seu fechamento, ou seja, imediatamente após o ano de 1926. A proposta é rejeitar a perspectiva historiográfica que sobreleva o papel do Estado na condução da história do país, e que anula a ação dos sujeitos revolucionários.

Para chegar ao que se propõe, é necessário analisar a constituição da memória histórica do presídio de Clevelândia, verificando como a historiografia tem tratado o tema.

Para tal, a memória será compreendida como um campo impregnado de disputas, em que as tensões do presente atribuem significados ao passado (FENELON, 2000). A memória é historicamente condicionada pelas "paixões dominantes em seu tempo", o que pressupõe que ela, assim como a história, se transforma. Buscando definir a memória, Raphael Samuel diz:

> ... a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo intemporal da "tradição", ela é progressivamente alterada de geração em geração. (SAMUEL, 1981, p.44)

Outro aspecto que vai diferenciar o presente estudo das demais abordagens historiográficas sobre o presídio de Clevelândia, é a utilização da imprensa como fonte de pesquisa privilegiada, compreendendo-a como uma prática social que expressa os conflitos inerentes à sociedade. Os debates na imprensa serão analisados à luz das lutas políticas travadas no interior da sociedade naquele momento histórico.

Antes de prosseguir, considero importante situar minha relação com a localidade do Oiapoque e com o presente estudo, o que pressupõe a realização de alguns esclarecimentos. O Oiapoque e a vila de Clevelândia do Norte são lugares onde, recentemente, desenvolvi atividades docentes pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), entre o ano 2000 e 2006, o que me proporcionou o estabelecimento de laços de amizade na região, especialmente com a população civil, inclusive com os povos indígenas.

Após concluir a graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1998, retornei à cidade de Macapá (capital do estado do Amapá), quando ingressei na docência de História no ensino médio, e onde senti a necessidade de fazer um curso que me proporcionasse uma discussão mais consistente sobre a história da Amazônia. Cursei, então, a especialização em "História e Historiografia da Amazônia", ministrada pela UNIFAP.

Durante as atividades docentes no Oiapoque, fui presenteado com um livro intitulado *Clevelândia do Norte*, escrito pelo padre Alicino Rogério e publicado em 1971, pela editora Biblioteca do Exército. A obra narra o percurso da criação da vila de Clevelândia, iniciando com as viagens dos primeiros navegadores europeus no

vale amazônico, no final do século XV. Em seguida o autor narra sobre as disputas judiciais e beligerantes em torno das terras que compreendem o estado do Amapá, envolvendo num primeiro momento Portugal e França (durante o período colonial português no Brasil), e no momento seguinte as disputas envolvendo Brasil e a França (no período pós-independência do Brasil), culminando com a assinatura do Tratado de Berna[5] e a construção da vila agrícola de Clevelândia do Norte. Baseando-se em relatórios oficiais e em discursos proferidos por parlamentares nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte, Alicino afirma que o projeto de construção da vila pretendia estabelecer uma colônia agrícola com o objetivo de assegurar a soberania nacional com a ocupação da fronteira brasileira no extremo norte, eliminando as influências francesas que historicamente marcaram profundamente a cultura da região do Oiapoque.

Figura 2 – Foto da placa de mármore de inauguração de Clevelândia que ainda encontra-se na vila
Foto: Rosália Maria de Oliveira/ 2006

A leitura da obra *Clevelândia do Norte* aguçou a minha curiosidade sobre a história da vila de Clevelândia, especialmente sobre o período em que ela foi transformada em presídio. Aliás, o autor pouco se detém sobre o presídio de Clevelândia do Norte, não sendo esse o seu objeto principal de análise. Partindo da leitura de Alicino, mas considerando-a insuficiente para a compreensão do processo histórico em que o presídio está inserido, iniciei o levantamento de problematizações

[5] O Tratado de Berna, assinado em dezembro de 1900 pelos governos francês e brasileiro, estabeleceu o rio Oiapoque como o limite entre as duas nações.

que consistiam em compreender a dinâmica daquela prisão: o seu cotidiano, as relações entre os presidiários e deles com a administração da instituição. Fiquei igualmente interessado no contexto social do país nas primeiras décadas do século XX. Fui a Clevelândia conversar com os moradores civis e militares da vila e iniciei novas pesquisas, realizando o levantamento bibliográfico que embasasse a compreensão daquele contexto histórico.

Figura 3 – Clevelândia do Norte nos das atuais: a vila dos militares.
Foto: Rosália Maria de Oliveira/ 2006

No caminho inicial da pesquisa, uma grande "descoberta" foi o livro *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, da autoria de Alexandre Samis, publicado pela editora Imaginário, em 2002. Ao mesmo tempo em que o autor analisa o suplício dos anarquistas em Clevelândia, ele apresenta uma lista que consta de 946 o número total de presidiários destinados àquela região.

Apesar de fazer uma abordagem contextualizada sobre o tema, a leitura de Samis provocou em mim novas dúvidas e questionamentos. A partir daí, comecei pensar no presídio de Clevelândia sob dois aspectos: como mecanismo, por excelência, de punição àqueles que quebraram a rígida hierarquia militar – os militares rebelados, e como um espaço que, apesar de todo o controle e crueldade no tratamento com os presidiários, nem por isso deixou de ser um local de resistência. Ou seja, neste momento as minhas atenções estavam voltadas para os militares do movimento "tenentista" e para o cotidiano dos presidiários, fossem eles militares, anarquistas ou civis sem vinculação a siglas políticas.

Diante da complexidade do tema, percebi que o caminho mais viável seria realizar uma pesquisa sistemática dentro de um programa de pós-graduação em nível de mestrado. Como mestrando do programa pós-graduado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tive a oportunidade de realizar leituras e discussões que contribuíram efetivamente para que eu tivesse mais segurança e nitidez nas minhas problematizações e objetivos em relação ao tema que me propus a estudar.

A medida que eu tive encontros de orientação, fui percebendo que a minha vontade de fazer a história do suplício dos presidiários de Clevelândia era uma tendência historiográfica que pactuava com a perspectiva que transforma as lutas de resistência em derrotas diante do poder repressivo do Estado, e anula ou ameniza a potência revolucionária dos sujeitos.

Nas primeiras orientações acadêmicas me foi sugerido que buscasse as fontes de pesquisa na imprensa. Foi então que, procurei os arquivos e órgãos que mantivessem documentos sobre o tema, sendo que, na leitura de Alexandre Samis, eu já havia identificado a origem de algumas de alguns documentos. Tive a oportunidade de pesquisar no Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, na Biblioteca Nacional (BN) e no Arquivo Nacional (AN), ambos na cidade do Rio de Janeiro, no Arquivo do Estado de São Paulo, no Centro de Documentação e Memória da Universidade do Estadual Paulista (UNESP), além do arquivo do Centro de Cultura Social, também no Rio de Janeiro. Nestas instituições atestei a possibilidade efetiva de pesquisar as fontes da imprensa escrita, tanto nos jornais operários quando nos jornais de grande circulação, no entanto, a “descoberta” dessas fontes foi um trabalho árduo, pois verifiquei não há registros sobre o presídio Clevelândia durante período de seu funcionamento, entre dezembro de 1924 a dezembro de 1926.

Foi no Arquivo do Estado de São Paulo que cheguei às fontes que eu procurava, no entanto, elas apareceram numa ordem cronológica diferente do que eu esperava. Fui surpreendido ao constatar a exaustiva presença do presídio de Clevelândia na imprensa, porém, somente a partir de janeiro de 1927. Daí surgiu uma questão: por que somente a partir de 1927, se o funcionamento do presídio se deu entre dezembro de 1924 e dezembro de 1926?

Recorri a historiografia brasileira e verifiquei que o estado de sítio e a censura se mantiveram por todo o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), e que a

existência do presídio de Clevelândia do Norte situa-se historicamente nesse período. Isso sugere que a prisão fez parte do aparato repressivo criado pelo pelo governo Bernardes contra as forças políticas e os sujeitos que manifestaram oposição ao governo, e que as atrocidades cometidas contra os dissidentes e demais “desordeiros” presos em Clevelândia foram silenciadas pela força da censura à imprensa. Foi somente após a suspensão do sítio e da censura, em fins de 1926, que a imprensa teve liberdade para debater a questão.

Percebi também que a suspensão do estado de sítio abriu um período de intenso embate travado entre diversos grupos políticos, que tinham visões e projetos diferenciados para a sociedade brasileira. Entre esses grupos estavam presentes o Partido Democrático (PD), o Bloco Operário e Camponês (BOC), os militares “tenentistas” e os anarquistas.

Dessas constatações deduzi que o aparecimento do presídio de Clevelândia do Norte na imprensa, somente a partir de 1927, tinha relação com a suspensão do estado de sítio e, principalmente, com os embates políticos que se travavam no interior da sociedade naquele momento.

A partir de reflexões e dos novas orientações, pude verificar que o discurso da imprensa não era uníssono ao tratar o presídio de Clevelândia do Norte. Existiam discursos divergentes, em que Clevelândia era apresentada em sintonia com as posições político-ideológicas que estavam em confronto. Tive, então, a clareza de que a imprensa não estava apenas denunciando a violência do Estado e do presídio de Clevelândia do Norte contra os presidiários, mas travando um embate entre os diversos projetos políticos colocados para a sociedade brasileira naquele momento.

Através da imprensa foi possível estabelecer um diálogo que desnuda a relação desses projetos políticos com o presídio de Clevelândia do Norte, em que cada órgão de imprensa apresentava uma determinada percepção do presídio, de acordo com os interesses políticos a que estavam atrelados.

Ao debater sobre o maior ou menor grau de violência atribuída àquela prisão, a imprensa estava assumindo, e às vezes velando, conflitos políticos e interesses pela manutenção ou pelo rompimento com a ordem vigente no país.

Nesse embate foram criados imaginários que polarizaram os significados do presídio na imprensa, concebendo-o desde “inferno verde” a “comuníssimas plantações de mandioca”.

No bojo dos debates da imprensa aparecerão as falas dos presidiários, tanto nas entrevistas quanto nas cartas publicadas nos jornais, identificando os seus temores, a sua origem social, as suas estratégias de resistência e outros aspectos que os identificam como sujeitos comuns, agentes sociais que a história tradicional[6] tem relegado ao esquecimento.

No percurso da pesquisa, a leitura da obra *1930: o silêncio dos vencidos - memória, história e revolução* (1994), da autoria de Edgar de Decca, abriu novos horizontes, trazendo elementos que contribuíram efetivamente para as análises que colocam em relação direta os grupos políticos em confronto no final da década de 1920, a atuação da imprensa e o presídio de Clevelândia do Norte.

Decca esclarece que nos últimos anos da década de 20, existiam em São Paulo pelo menos três sólidas propostas de revolução, vindas de agrupamentos políticos diferentes: o PD, o movimento denominado de "tenentismo" e o BOC, representando, respectivamente a parcela dominante da sociedade que estava insatisfeita com o governo do Partido Republicano, os setores médios urbanos e a classe operária. Os três grupos mantiveram certa proximidade, pois tinha um programa revolucionário com alguns pontos em comum, principalmente a compreensão de que a oligarquia agrária e o governo do Partido Republicano Paulista eram os maiores problemas do país, pois sob o controle desses grupos, a nação brasileira padecia pelo extremo autoritarismo nas decisões política, pela corrupção e pela falta de ações que amenizassem as condições de vida dos trabalhadores. Porém, a construção desse programa comum não acontecia sem conflitos, pois se tratava da junção de grupos que tinham diferentes visões da sociedade e de revolução.

Além dos grupos políticos que compunham o programa revolucionário mínimo, havia os anarquistas, que estavam fragilizados politicamente, mas continuavam no campo da luta social, principalmente com o retorno do periódico *A Plebe*. Defendiam a abolição do Estado e acusavam o projeto revolucionário composto pelo BOC, PD e “tenentistas” de pragmático e oportunista, pois não defendiam uma revolução que rompesse com a ordem repressora representada pela presença do Estado.

---

[6] Sobre a perspectiva tradicional da história ver: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Quanto ao presídio de Clevelândia do Norte, o ponto que unificava todos os grupos da oposição, inclusive os anarquistas, era a compreensão de que o presídio foi a síntese da brutalidade, da incompetência e do autoritarismo do governo republicano brasileiro. Esses grupos divergiam ao tratar da identificação dos presidiários, sendo que nesse ponto as divergências estavam absolutamente ligadas às diferentes concepções de sociedade de cada grupo.

Para expor os debates da imprensa sobre Clevelândia, esse estudo priorizará as fontes produzidas pelos seguintes jornais: *O Paiz*, do Rio de Janeiro, defendia o governo; *O Combate*, do estado de São Paulo, era porta-voz da aliança oposicionista; *A nação*, órgão oficial do BOC e *A Plebe*, periódico anarquista do estado de São Paulo.

A opção por uma abordagem a partir dos jornais acima identificados se justifica no fato de que cada um dos jornais estava atrelado a uma das tendências político-ideológicas que compunham o contexto social do período estudado.

Nelson Werneck Sodré (1966) destaca que, no início do século XX, apesar dos avanços tecnológicos e da diversificação ideológica da imprensa, os jornais circulavam, sobretudo na capital federal, a cidade de Rio de Janeiro. Num país em que o analfabetismo era a regra, os leitores projetavam “ecos”, reproduzindo os debates da imprensa no cotidiano social, contribuindo de maneira significativa na formação da opinião pública. (SODRÉ, 1966, p. 316-317)

Para sistematização das discussões, o trabalho constará de três capítulos. O primeiro, intitulado “O lugar da colônia penal de Clevelândia do Norte na historiografia” realizará um balanço historiográfico, buscando identificar Clevelândia do Norte no interior da historiografia brasileira, analisando a produção da memória histórica do presídio. No Capítulo seguinte, “1927: a imprensa e o desmonte do presídio de Clevelândia do Norte”, as discussões se encaminharão no sentido de verificar como a imprensa tratou o presídio de Clevelândia do Norte, embasando os debates na perspectiva de que a imprensa é a expressão das lutas sociais. No último capítulo, sob o título “Histórias da resistência no presídio de Clevelândia do Norte”, buscar-se-á refletir sobre a memória dos presidiários em relação a Clevelândia, a partir dos registros (correspondências e entrevistas) publicados na imprensa.

CAPÍTULO I – O LUGAR DA COLÔNIA PENAL DE CLEVELÂNDIA DO NORTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Desde que iniciei as pesquisas sobre o presídio de Clevelândia do Norte venho participando de encontros acadêmicos e congressos para debater o tema. A reação mais comum de quem ouve é o espanto diante da violência que levou centenas de cidadãos brasileiros a morte em meio à floresta amazônica. Em uma dessas palestras um ouvinte chegou a propor a criação de "novas Clevelândias" para solucionar a questão da criminalidade nos dias atuais no Brasil.

Uma constatação curiosa é que poucas pessoas conhecem a história desse presídio, inclusive no estado do Amapá, no município do Oiapoque e na própria vila de Clevelândia do Norte.

A historiografia brasileira tem tratado o tema em notas de rodapé ou em dois ou três parágrafos, que citam Clevelândia para reafirmar o poder de repressão do Estado sobre as camadas populares e excluídas da sociedade. Recentemente, alguns estudos, especialmente aqueles realizados por pesquisadores alinhados ideologicamente com o anarquismo, trataram o tema com maior atenção.

Neste capítulo farei uma reflexão sobre a constituição da historiografia do presídio de Clevelândia do Norte, identificando o momento histórico, a metodologia, as fontes e a perspectiva que embasaram as obras analisadas. O objetivo é desconstruir a produção da memória histórica do presídio para demonstrar que ela é tributária de uma perspectiva conservadora da história, que tem ocultado a potência dos sujeitos dissidentes para legitimar a história dos vencedores. Aqui, adotamos os pressupostos apresentados na introdução da obra *Muitas memórias, outras histórias*, segundo os quais, “a memória é também um campo minado pelas lutas sociais”. (FENELON, 2000, p.6)

Para além da mera denúncia, a reflexão sobre a memória histórica de Clevelândia do Norte visa produzir uma história dinâmica, pautada nas noções de conflito social e de resistência, dando visibilidade aos sujeitos sociais excluídos e dissidentes que estão no centro das lutas sociais que produziram o presídio.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA ORDEM REPUBLICANA NO BRASIL

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX formaram um período de intensas lutas sociais no Brasil. A mão-de-obra escrava foi, paulatinamente, substituída pelo trabalho assalariado, aparecendo nesse contexto o trabalhador imigrante, um sujeito social que ficaria conhecido por suas ações políticas que contestavam as injustiças sociais e a própria ordem instaurada.

O regime republicano constituído 1889 se consolidava em meio aos problemas sociais, no entanto, ainda no século XIX já tomava medidas repressivas, criando leis que ajustavam as polícias para o enfrentamento das crises sociais, que se davam tanto nas manifestações operárias quanto no perigo que os indigentes passaram a representar. Já nos primeiros anos do século XX, em 7 de janeiro, de 1907, o Estado decretou a lei Adolfo Gordo, regularizando a expulsão de estrangeiros do país.

As manifestações e a organização da classe operária, especialmente a greve de 1917 em São Paulo, e as demais greves em outras localidades, deixavam o governo preocupado. Em janeiro de 1921 foram criadas duas leis que visavam reprimir essas manifestações: o decreto 5.221, que regulava a entrada e a expulsão de estrangeiros, e o decreto 4.269, que previa a repressão ao anarquismo. Nos anos seguintes vieram novas leis que tentavam impor o silenciamento da resistência operária.

As repercussões da revolução bolchevique de 1917, as ações anarquistas e o “tenentismo” atemorizaram as autoridades republicanas na década de 20 no Brasil. A esse respeito Paulo Sérgio Pinheiro faz a seguinte consideração:

> Na Primeira República, as elites estavam apavoradas devido à revolução bolchevique de 1917, e, vendo em qualquer protesto o fantasma da revolução, os governantes sempre vacilaram entre pequenas reformas mínimas e a repressão brutal. (PINHEIRO, 2001, p. 273)

Na mesma obra, Aspásia Camargo considera que a Semana da Arte Moderna, o levante tenentista, as manifestações anarquistas e a criação do Partido Comunista foram alguns dos movimentos que expuseram os problemas sociais brasileiros. (CAMARGO, 2001, p. 331)

Maria Aparecida Aquino (2002) reflete sobre o período, avaliando que as contestações dos anos 1920 envolveram as reivindicações de diversos grupos sociais que se opunham ao governo vigente, que, por sua vez, considerava a "famosa questão social" como caso de polícia. A autora destaca que:

> Desde o final da década de 1910, vários movimentos sociais reivindicatórios de melhorias nas condições de trabalho tinham sacudido os grandes centros urbanos com intensas mobilizações grevistas. A força do anarquismo e do chamado "anarco-sindicalismo", e o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 constituíam elementos de grande preocupação para o governo que responde com a legislação repressiva. (AQUINO, 2002, p. 21)

Na perspectiva de Alexandre Samis (2002), a ação do movimento anarquista, especialmente do "anarquismo terrorista"[7], foi uma das justificativas fundamentais para a intensificação da política repressiva articulada pelo governo republicano. Segundo o autor, foi especialmente a partir da década de 1920 que o Estado apertou o cerco às "idéias exóticas", criando leis que aparelharam a polícia e expulsaram do Brasil estrangeiros "subversivos", impondo a ordem que interessava ao governo republicano do país [8], sendo que, os anos do governo Arthur Bernardes (1922-1926) são considerados os mais violentos do período.

O jornal *O Combate*, na edição de 8 de janeiro de 1927, comemorou o fim do estado de sítio, estampando a na capa a seguinte frase: "O sítio morreu!". Em 29 de março do mesmo ano, o jornal lembrou que Bernardes governou durante todo o seu quadriênio em estado de sítio: "foram 1460 dias de sítio", registrou o jornal.

Sobre o período, Raymundo Faoro se posiciona da seguinte maneira:

> Sem afastar-se do culto político da juventude, a democracia liberal, Epitácio Pessoa, como Arthur Bernardes e, em outro rumo, Washington Luis, identificam nos acontecimentos uma 'crise de autoridade', que cumpria restabelecer. As medidas autoritárias postas em prática, as leis contra as organizações subversivas, a lei da imprensa, a reforma constitucional adquirem, conjugadas ao estilo de governo, conteúdo que excede à defesa do governo. (FAORO, 1987, p. 674)

---

[7] Segundo Samis (2002), o anarquismo terrorista se utilizava de ações violentas como o uso de explosivos para desestabilizar a ordem vigente, visando sucumbir o Estado.

[8] Sobre a legislação repressiva criada pelo estado republicano brasileiro contra os grupos dissidentes, ver: PEDROSO, Célia Regina. **Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

Faoro entende que o Estado brasileiro utilizou artifícios repressivos que pretendiam expurgar qualquer ameaça ao sistema de governo vigente. Na ótica de Faoro, o “tenentismo” está entre os movimentos revoltosos que mais atemorizaram as autoridades republicanas, uma vez que este movimento estabeleceu frentes de combate em diversas regiões do país, mobilizando milhares de revoltos, entre militares e civis. O autor reconhece que além dos “tenentistas”, os anarquistas, os comunistas e o movimento operário fizeram oposição acirrada ao regime republicano.

A descrição de Pedro Catallo, um militante anarquista que presenciou a entrada triunfal dos “tenentistas” na cidade de São Paulo, confirma a perspectiva de Faoro. Catallo relata que:

> A revolução de 24, como ficou conhecida, trazia francamente um traço de revolta contra as injustiças sociais, e por essa razão todos os potentados, donos de fábricas, donos de grandes armazéns, donos de moinhos e grandes atacadistas, fugiram precipitadamente e amedrontadamente, temendo por uma vingança popular. Bastou que um soldado de Isidoro arrebentasse as portas de um armazém, para que o saqueio começasse, se generalizasse e se prolongasse até que as forças revolucionárias dominaram a capital. Por semanas inteiras viam-se multidões de gente carregando de tudo, desde farinha e outros comestíveis, até casimira, remédios, panelas, pratos e louças de todo tipo, ferramentas e até taças de privadas... (CATALLO, 2005, p. 19)

Catallo era sapateiro, dirigente dos jornais *O Libertador* e *Dealbar*, além *de* escritor. Presenciou não apenas a tomada da capital paulista pelas forças rebeldes, mas também, as articulações em que os anarquistas se propuseram a participar das ações do movimento “tenentista”, em 1924, formando, porém, um batalhão autônomo, “sem a disciplina e a ingerência militar”. Segundo Catallo, apesar de o general Isidoro Dias Lopes não aceitar a proposta, muitos anarquistas assinaram um manifesto de apoio ao movimento tenentista publicado no periódico anarquista *A Plebe*. Após a retomada do controle da cidade de São Paulo pelas forças legais, os militares revoltosos se retiraram para o interior e os anarquistas que assinaram o referido manifesto foram perseguidos, sendo que muitos foram presos e enviados para a colônia penal de Clevelândia do Norte, inclusive Pedro Mota, “que então era o diretor de *A Plebe*”. (*idem*, p. 21)

A historiografia indica que esse foi um período de instabilidade política e que

o Estado abriu uma violenta frente repressiva contra as forças dissidentes. A esse respeito, Maria Aparecida Aquino (2002) afirma que a repressão aconteceu através de várias medidas, entre elas a instituição de leis contra anarquistas e estrangeiros. Em 17 de janeiro de 1921 foi aprovada a lei de repressão ao anarquismo e ao mesmo tempo foram instituídas as leis celeradas, que controlavam a entrada de estrangeiros no país e os expulsava quando convinha. Além disso, o Estado criou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) que, segundo Aquino, foi um dos instrumentos mais violentos do aparato repressivo criado na década de 20.

"Não ha direitos para o pobre; ao rico tudo é permittido" (A Internacional)

A NAÇÃO

ANNO II — NUM. 278 | Director: Leonidas de Rezende | Secretario: Adalberto Coelho | Gerente: Januario Pigliasco | Redacção e Administração: 17, RUA 13 DE MAIO, 1.º and. End. Tel.: NAÇÃO - Rio

"A Nação" na Clevelandia

Dois abastados fazendeiros de Corumbá fallecem nesse Inferno Verde

Esse caso provocará reclamação diplomatica?

O verme insaciavel, que tudo roeu, tudo devorou. Roeu e devorou, não só a materia, o dinheiro do Thesouro, como o corpo imbelle de innumeras de suas victimas.

- O comm vencendo

Ainda agora victoria

Paulo erdida

gado

Aman

Figura 4 – Charge assinada por "Alvarus", publicada na capa do jornal *A Nação*, edição de 12 de janeiro de 1927. Abaixo da gravura lê-se a seguinte legenda: "O verme insaciavel que tudo roeu, tudo devorou. Roeu e devorou, não só a materia, o dinheiro do Thesouro, como o corpo imbelle de inumeras de suas victimas."

Célia Regina Pedroso (2003) analisa as prisões criadas pelo Estado nas décadas de 1920 e 1930. Segundo ela, prisões arbitrárias colocaram centenas e milhares de sujeitos em precárias instituições carcerárias. Nas palavras da autora:

> Entre 1922 e 1930, nos deparamos com um período crítico, marcado pela decretação de vários estados de sítio e pela censura à imprensa.
> Com a criação em 1925 da Delegacia de Ordem Política e Social, encarregada da repressão aos movimentos sociais e políticos, desencadeou-se um processo de brutal repressão, com centenas de prisões arbitrárias. Dezenas de suspeitos, implicados e inconfidentes, ficaram atulhados em prisões, quartéis e navios. As detenções foram realizadas em massa, como no caso dos 800 trabalhadores esquerdistas, presos e encarcerados num velho navio, sendo ali espancados e mal alimentados. Transferidos posteriormente para a colônia Clevelândia, ficaram sujeitos ao trabalho forçado e às doenças tropicais. (PEDROSO, 2003, p. 116)

É importante lembrar nos últimos anos da década de 20, as lutas sociais se acirravam e as disputas políticas apontavam para o rompimento com o governo republicano vigente. Nestas disputas estavam presentes sujeitos que se agrupavam em organismos político-ideológicos, provocando embates que se expressavam na imprensa, tanto nos jornais de grande circulação como nos pequenos jornais e periódicos. O Bloco Operário e Camponês (BOC) trazia ao público as suas aspirações, por intermédio do jornal *A Nação,* enquanto as mobilizações "tenentistas" eram retratadas no *O Combate* e também no jornal *A Nação.* Os anarquistas tinham o seu combativo periódico *A Plebe*, e o Partido Democrático (PD) tinham, também, o apoio do jornal *O Combate*.

Os estudos citados contextualizam a década de 1920, indicando que a sociedade estava mergulhada em conflitos sociais, em que vários grupos dissidentes ousavam desafiar o governo republicano. Os estudos destacam enfaticamente as ações repressivas adotadas pelo Estado, e todos lembram que o presídio de Clevelândia do Norte foi um dos aparelhos repressivos mais brutais no período.

1.2 A historiografia e o silenciamento das vozes dissidentes

Para realizar a tarefa a que me proponho, tomarei como base para o diálogo historiográfico a obra de Edgar de Decca, *1930: o silêncio dos vencidos – história,*

memória e revolução (1994), em que o autor levanta questões que apontam para uma compreensão da história que rejeita o Estado como o agente determinante das relações sociais. A perspectiva do autor rompe com a história centrada nos grandes acontecimentos, abrindo a possibilidade para a compreensão da história como um processo em que as relações sociais se definem no mundo real, através dos conflitos, dos consentimentos e dos pactos firmados entre os agentes sociais. Nessa perspectiva, a história é uma construção permanente, que tem como arquitetos e construtores os agentes sociais, que são os próprios sujeitos da história. Isso pressupõe a classe operária e os demais agentes sociais silenciados pela historiografia dominante, como sujeitos ativos desse processo de construção.

A discussão visa elucidar o caminho percorrido na constituição da memória histórica do presídio de Clevelândia do Norte, desvendando as estratégias que a historiografia conservadora vem utilizando para silenciar as lutas sociais que estão em torno e no centro da constituição do presídio.

No prefácio à 5ª edição da obra, Decca esclarece suas críticas direcionadas à historiografia conservadora que mantêm a história do Brasil aprisionada a um determinismo que sobreleva o papel do Estado na condução do processo histórico. Sobre a sua obra, o autor esclarece que:

> O que se pretendeu mostrar foi como a prática historiográfica, ainda que pretensamente crítica, manteve-se presa ao campo de representações de discursos políticos que instituíram a revolução de trinta como fato histórico, sem se indagar sobre a proveniência e os modos de enunciação desses mesmos discursos. Nesse sentido, o livro é um exercício de análise de como se produz a memória histórica, bem como ela se elabora nos enunciados dos discursos políticos que, para se legitimarem criaram a revolução de trinta como fato histórico fundador e como essa mesma memória também é reelaborada e consolidada pela prática historiográfica. (DECCA, 1994, p.15)

As estratégias que firmaram a historiografia da “revolução de trinta”, visavam legitimar a perspectiva histórica dos vencedores, silenciando os supostos vencidos, uma vez que, aceitar essa “revolução” é conceber a vitória de um projeto político que prescindiu e ignorou a existência das vozes dissidentes (operários, sindicalistas, anarquistas, comunistas etc).

Nessa perspectiva, o trabalho de Decca compartilha a compreensão de Fenelon, Cruz & Peixoto, que afirmam que, “a memória histórica constitui uma das

formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação.” (FENELON, 2000, p. 6)

A produção historiográfica que inventou a “revolução de trinta”, elevou o Estado à condição de demiurgo da sociedade e fundador da nação brasileira. Essa produção teórica criou a categoria de “tenentistas”, definindo-os como os legítimos condutores do processo revolucionário[9]. A esse respeito, Decca esclarece que

> Nessa memória histórica sobrelevam-se apenas alguns agentes sociais ao passo que outros são de uma vez por todas suprimidos, não se tornando estranho, tanto para a ótica do poder constituído nos anos trinta como para a historiografia, a inexistência da ação política dos dominados durante esse período histórico. (DECCA, 1994, p.76)

A citação acima nos remete ao debate que concebe a memória histórica como campo de disputa e de dominação. Enquanto a historiografia dominante forjou uma memória que nega a existência das lutas sociais (ao negar a ação política dos grupos dominados), outra corrente historiográfica produziu uma memória que se declara identificada com os interesses do proletariado. No entanto, esses historiadores “críticos” incorreram em equívocos, considerando os intelectuais como os condutores ideais dos destinos da nação, e a classe operária como frágil, débil e impotente na concretização dos projetos políticos revolucionários, diante da força do Estado. Essa historiografia crítica reconhece a ação da classe operária no embates sociais, no entanto reduz a potência desses sujeitos ao transformá-los em vítimas incondicionais da repressão do Estado. Por subestimar o poder de mobilização e organização dos grupos dissidentes, essa produção historiográfica pouco se afastou do viés conservador.

Para essa historiografia, "intelectuais e a classe operária se tornaram iguais na condição de vencidos”. Lembra Decca que essa compreensão vem de "uma dada concepção de marxismo" que esteve limitada nas suas abstrações teóricas, homogeneizando o conceito de classe. (*idem*, p. 33-34)

A surpresa dos intelectuais que realizavam balanços e avaliações sobre as

[9] Este estudo não pretende discutir o movimento “tenentista”, por considerar esse um tema controverso, que tem gerado uma grande quantidade de trabalhos conflitantes. Para o debate que estou propondo, é preferível apenas observar que a presença da categoria “tenentistas” na historiografia da “revolução de trinta” ofusca a ação de outros grupos resistentes e socialmente excluídos. Sobre os “tenentista”, ler: BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

derrotas da classe operária, foi ver o próprio movimento operário romper o cerco do silêncio. A partir do final dos anos 70, os trabalhadores expressaram em assembléias e greves a sua insatisfação com os rumos que o país tomava. As lutas sociais estavam ali, fora dos muros da academia.

A produção acadêmica teve que sair da “trincheira” para constatar no mundo real que a repressão não silencia as vozes dissidentes. Ficou a lição de que as lutas sociais não são determinadas por teorias e nem pelo Estado, e que os sujeitos dissidentes criam estratégias, pactos e formas de resistência para se afirmarem e para firmarem os seus projetos políticos.

As considerações acima são relevantes, pois provocam um novo olhar sobre a posição que o presídio de Clevelândia do Norte tem ocupado na historiografia brasileira, propondo uma reflexão sobre a memória histórica do presídio, analisando em que medida essa memória se aproxima ou se distancia da historiografia que produziu a revolução de trinta.

O ponto alto da discussão é refletir sobre estratégias que podem desautorizar a única versão historiográfica que produz o silenciamento das vozes dissidentes, promovendo um debate que aponte para a constatação de que o arbítrio e a violência da ordem republicana e do governo Bernardes não derrotaram a resistência. Conforme Fenelon, Cruz & Peixoto, o problema pode ser enunciado da seguinte maneira: “uma questão que nos parece bastante difícil é o desafio de produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e que se torna visível no universo acadêmico.” (FENELON, 2000, p. 7)

As outras histórias, às quais se referem as autoras, têm o compromisso com a voz dissidente, com a explicitação das lutas de classe, temas que ficaram no esquecimento da historiografia conservadora, especificamente pela historiografia que produziu a “revolução de trinta”. Não se trata de criar outras formas de determinismo, que produzam uma versão definitiva para a história, mas se trata de afirmar que não é possível aceitar uma única versão autorizada da história, principalmente quando essa versão quer silenciar as vozes da resistência.

1.3 A constituição da memória histórica do presídio de Clevelândia do Norte

Para discutir a memória histórica da prisão de Clevelândia do Norte foram

selecionados quatro estudos que tratam do tema. São eles: *Clevelândia do Norte,* de autoria de Rogério Alicino (1971), *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil - 1922-1935,* da autoria de Paulo Sérgio Pinheiro (1991*), Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil,* escrito por Alexandre Samis (2002) e o artigo *Clevelândia do Norte: colônia penal ou campo de concentração* (2003) de autoria de Carlo Romani

A opção pelos quatro estudos não é arbitrária. São os trabalhos que tratam o tema de forma mais sistematizada e historicamente contextualizado, não restringindo a discussão a notas de rodapé ou a reduzidos parágrafos. Além disso, cada autor aqui analisado complementa a discussão com novos elementos de análise, permitindo perceber a constituição da memória histórica do presídio de Clevelândia do Norte.

A obra *Clevelândia do Norte* é uma narrativa que tem uma evidente relação com os interesses do Estado autoritário implantado em 1964 no Brasil. O padre Rogério Alicino viveu na Amazônia e, emblematicamente, escreveu o livro em 1971, publicado pela Editora Biblioteca do Exército. É significativo observar que um padre tenha escrito um livro em plena ditadura militar. O livro trás a tona a discussão sobre a defesa do território nacional, uma temática central nas políticas adotadas pelo governo autoritário.

O livro enfatiza o papel do Estado como demarcador da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, através das articulações que possibilitaram a assinatura do Tratado de Berna, em 1900, destacando a influência do Barão do Rio Branco nesse processo. Em 134 páginas, Alicino traça a seqüência cronológica dos acontecimentos que desencadearam a criação da vila agrícola de Clevelândia do Norte, iniciando com as expedições européias ao Cabo Norte, no final do século XV e no século XVI, a conquista e a colonização portuguesa na região, os conflitos territoriais com os franceses, a proclamação da república no Brasil, a definição do Tratado de Berna, até à construção da vila. Segundo Alicino, a criação da colônia agrícola de Clevelândia do Norte teve início com a formação de uma comissão parlamentar composta por senadores, que visitaram a região e decidiram construir a vila, que foi inaugurada em maio de 1922.

A narrativa de Alicino é fundamentada em documentos oficiais, relatórios da comissão do senado formada para esse fim, pareceres dos engenheiros da obra e de médicos sanitaristas. O autor constata que havia um otimismo geral entre as

autoridades públicas quanto ao êxito da obra que seria decisiva para anular as influências francesas na fronteira brasileira, assegurando a soberania nacional na região.

O objeto de estudo de Alicino não é exclusivamente o presídio de Clevelândia, e é importante verificar que o autor dedica quatro páginas da obra ao tema, apresentando informações e dados dissociados do contexto social e político brasileiro daquele período. Sobre a constituição do presídio, o autor observa que:

> Tudo estava correndo bem em fins de 1924. Mas foi mesmo neste comenos que algo de estranho se insinuou, por força maior, nas estruturas da colônia, refreando-lhe a tenaz e febril vontade de prosseguir no seu entendimento, malogrando-lhe o papel de tal forma que quase acaba por destruí-la. (ALICINO, 1971, p. 92)

"Algo de estranho se insinuou" é a frase que o autor utiliza para se referir à chegada dos primeiros presidiários em Clevelândia, em dezembro de 1924, transformando a colônia agrícola numa prisão. O autor considera que essa mudança foi negativa para o projeto original da vila porque desestruturou o progresso até então alcançado pelos colonos.

Figura 5 – Foto de prisioneiros oriundos do Rio de Janeiro (1924).
Fonte: Arquivo Público Mineiro/ Acervo Arthur Bernardes

A versão de Alicino sobre Clevelândia do Norte enfoca os grandes acontecimentos e as ações oficiais de personalidades que representaram o Estado

no esforço para construir a vila. É uma publicação que tem proximidade com os pressupostos da história tradicional[10], transformando a história num processo determinado pela ação do Estado.

Num outro momento historiográfico se situa a obra *Estratégias da Ilusão,* (1991), de autoria de Paulo Sérgio Pinheiro. O estudo foi produzido num contexto em que os historiadores brasileiros repensavam a historiografia pautada nos interesses do Estado. Pinheiro desloca o eixo da discussão sobre Clevelândia do Norte para o campo das lutas sociais.

Diferente do trabalho de Alicino, *Estratégias da ilusão* é uma obra que evidencia os conflitos que se travavam nas primeiras décadas do século XX, tanto no Brasil quanto na Europa, e sobretudo na Rússia. O autor contextualiza o Brasil na década de 1920, enfatizando que, internamente, as revoltas “tenentistas” de "1922, 1924 e a Coluna Prestes" foram marcantes na organização das lutas de oposição ao governo.

Pinheiro evidencia as contradições sociais brasileiras e a emergência de projetos revolucionários organizados pelos grupos oprimidos. Na parte introdutória do livro, o autor escreve: "Este livro trata das idéias e dos ensaios de revolução no Brasil, nos anos 20 e 30, e da violência do Estado, da repressão que se abateu no mesmo período contra as dissidências políticas e as populações pobres, especialmente nos grandes centros urbanos." (PINHEIRO, 1991, p.11)

Estratégias da ilusão não é um estudo específico sobre o presídio de Clevelândia do Norte, mas retrata a temática no quinto capítulo, sob o título "Desterros e campos de internamento", onde avalia a escalada da repressão do Estado sobre os grupos políticos dissidentes. Sobre a força repressiva do Estado, o autor escreve:

> Este arbítrio do Estado pode ser constatado de forma viva e alargada durante o governo Arthur Bernardes, quando se tornou tão notário como naquele período de desterro de cidadãos envolvidos nas revoltas tenentistas, militantes, trabalhadores e desempregados. O envio para Clevelândia, apesar das alegações do antigo ministro que examinamos, representava alguma coisa equivalente a uma sentença de morte". (*idem*, p. 95)

[10] Sobre os pressupostos da história tradicional, ver: FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-89).

Enquanto Alicino não vê dissidência ou lutas sociais e nem trabalhadores na produção de Clevelândia do Norte, Pinheiro evidencia esses elementos, no entanto, observa que o Estado está de prontidão para debelar qualquer ato dissidente. Sobre essa questão, o autor considera que:

> O jogo da revolução no centro e à direita é extremamente elitista e, nas margens mais à esquerda (ou nas bordas populares), profundamente enquadrado pela repressão policial ilegal, pelo arbítrio e pelo terror. Pode-se dizer, como Michel Debrun, que a violência do Estado na sociedade brasileira determinou a forma de expressão do protesto no período que estudamos. E, ao mesmo tempo, assegurou seu fracasso, dando o formidável hiato na sociedade brasileira entre dominantes e dominados, garantindo que o autoritarismo desmobilizador prevelecesse sob a forma de Estado Novo, que fecha o ciclo de inconformismo revolucionário. (*ibidem*, p. 12)

Pinheiro é claro ao constatar que a violência do Estado, expressa na decretação do regime de exceção, na censura à imprensa e na criação de campos de desterro, se abateu não apenas sobre os grupos de oposição política, mas também sobre os "desclassificados" da cidade, ou seja, mendigos, vagabundos ou vadios, capoeiras, menores viciosos e prostitutas. (*ibidem*, p.87). O autor sentencia que a instalação do Estado Novo, em 1930, foi fracasso do inconformismo popular.

A abordagem de Pinheiro envereda por um campo de análise que confere ênfase exagerada ao poder repressivo do Estado e à política de "criminalização da dissidência". Na sua perspectiva, o presídio de Clevelândia do Norte foi um instrumento de efetivo controle da ordem imposto pelo Estado, que transformou em vítimas fatais os seus adversários políticos. O estudo enfatiza a violência que recaiu sobre os presidiários, desde o momento em que embarcaram nos navios-prisão até ao cotidiano no presídio, que dizimava através do trabalho forçado, das doenças endêmicas e epidêmicas e das torturas.

Para gerar uma noção do que foi Clevelândia, Pinheiro apresenta o depoimento de Atílio Lebre, um cidadão português que narra a sua memória sobre a viagem com destino ao presídio:

> Momentos depois senti que o vapor caminhava e que após horas fundeava, sendo-me dado então assistir ao espetáculo horrível de ver o porão do fundo invadido por mais de 140 presos, representando dezenove nacionalidades, com roupas totalmente esfrangalhadas e exalando uma fedentina insuportável (...). O quadro

> que essa infeliz gente oferecia, deitada no chão, em promiscuidade indescritível, pois que o teto do porão era tão baixo que só permitia andar levantado por necessidade. (*ibidem*, p. 101)

Enquanto Alicino faz uma minuciosa narrativa sobre as etapas da construção da colônia agrícola de Clevelândia do Norte, descrevendo a qualidade do material utilizado nas edificações e o cuidado do Estado ao compor uma completa estrutura arquitetônica que atendesse todas as necessidades dos colonos que ocupariam o território brasileiro, na fronteira com a Guiana Francesa, Pinheiro é igualmente minucioso na exposição dos detalhes relativos ao trato que o Estado concedeu aos grupos dissidentes.

Pinheiro anuncia que o seu estudo lida com uma fonte inédita: o relatório oficial contendo o número total de presidiários, óbitos e fugas. No relatório consta que, dos 946 presidiários, 408 eram de Catanduva, 419 eram do Rio de Janeiro e 119 eram do Amazonas. Do total, 491 morreram e 262 evadiram, sendo que as doenças mais comuns no presídio eram a desinteria bacilar, o impaludismo e a tuberculose. (*ibidem*, p.103)

Para compor as suas argumentações sobre os presidiários de Clevelândia, Pinheiro recorreu às fontes da imprensa e aos relatórios oficiais. As informações contidas nessas fontes permitem que ele compreenda o que foi o presídio. O autor apresenta a lista oficial dos presidiários, que causa horror pela quantidade de óbitos, a entrevista do ex-presidiário Atílio Lebre, que narra o sofrimento cotidiano dos presos, e outras fontes que atestam a o poder de repressão do Estado.

Refletindo sobre o estudo de Pinheiro, penso que *Estratégias da Ilusão* se propõe a discutir a ação dos grupos dissidentes no Brasil durante os anos 20 e 30, mas acaba produzindo uma memória histórica que reduz a potência dos sujeitos revolucionários. Segundo a sua abordagem, o Estado define os rumos da história do país através da força repressiva.

A avaliação acima não pretende negar a violência com que o Estado tratou os grupos dissidentes, mas sim, problematizar a discussão levantando dúvidas sobre o fracasso da oposição frente a essa repressão. Ou ainda, questionar em que medida a aceitação desse suposto fracasso corrobora com o silenciamento das vozes dissidentes, pois aceitar a derrota dos setores populares presume aceitar a versão oficial da história, que ignora as lutas sociais, as vozes dissidentes e os demais grupos excluídos socialmente. A esse respeito, Decca alerta que:

> ... as análises que julgam as classes sociais, principalmente o proletariado e a burguesia industrial, por não terem produzido a revolução de trinta, cometem equívocos irreparáveis. Por um lado, aceitando a revolução de trinta como um "fato", quando essa é a produção da memória histórica de um processo político e idéia central do sistema de poder organizado pelos vencedores da luta. Por outro, desconhecendo o movimento operário como agente daquela revolução. (DECCA, 1994, p. 109)

As obras de Alicino e Pinheiro têm objetivos diferentes, mas se aproximam em alguns aspectos. Esse distanciamento tem relação com o compromisso político de ambos: Alicino é um padre que esteve a serviço do Estado, mais especificamente, a serviço do governo militar, enquanto que Paulo Sérgio Pinheiro é um cientista político, professor universitário e militante dos direitos humanos, compromissado com os direitos dos setores populares. Alicino aborda sobre a instalação da colônia agrícola de Clevelândia e seus desdobramentos, evidenciando prioritariamente a questão da fronteira nacional. Pinheiro analisa o presídio de Clevelândia sob a ótica das lutas sociais da década de 1920.

O ponto que os aproxima é que cada um, a seu modo, sobreleva o papel do Estado na condução da história nacional. Alicino compreende que as ações do Estado, entre elas a criação da vila de Clevelândia, foram fundamentais para assegurar a ocupação territorial no extremo norte do país. Pinheiro aponta que as ações repressoras do Estado, entre elas a constituição do presídio de Clevelândia, foram capazes de derrotar as forças revolucionárias oposicionistas.

Muito próximo da perspectiva de Pinheiro está o trabalho do historiador Alexandre Samis, intitulado *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil* (2002), publicado pela editora Contexto, cerca de dez anos após a publicação de *Estratégias da Ilusão*.

Samis adota o estudo de Pinheiro como referencial para suas análises sobre as revoluções que aconteciam no mundo e a questão social brasileira nas primeiras décadas do século XX.

O seu declarado compromisso político com o socialismo libertário fica patente na sua abordagem sobre o presídio de Clevelândia. Nas suas reflexões, a ênfase recai prioritariamente sobre os militantes anarquistas que, na concepção do autor, eram os porta-vozes da revolução que congregava os imigrantes, os operários e os sindicalistas. O autor reconhece que a maioria dos presidiários era “tenentistas” e

que as suas ações foram o “estopim” da repressão bernardista, no entanto, não os considera como os agentes legítimos da revolução proletária.

O estudo de Samis totaliza 343 páginas, organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A idéia de anarquismo no Brasil”, o autor reflete sobre as ações dos anarquistas no país desde o final do século XIX e a política repressiva do Estado contra os estrangeiros, anarquistas, operários, “indigentes e os ‘gatunos’ das ruas”. No segundo capítulo, intitulado “Operários, repressão e polícia nos anos 20”, Samis prossegue constatando as estratégias legais e as técnicas “científicas” utilizadas pelo Estado brasileiro para criminalizar os anarquistas e os demais agentes sociais considerados “perigosos”. Combinando o discurso da higienização com o da ordem, o Estado formulou e executou medidas que incriminavam, prendiam, deportavam e desterravam os indivíduos suspeitos de provocarem a instabilidade social do país.

No terceiro capítulo, “O Estado e a distopia da ordem”, o autor busca a origem do presídio de Clevelândia nas ações repressivas aos imigrantes europeus, que chegaram ao Brasil no decorrer do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Aqui, Samis faz uma discussão sobre os imigrantes europeus e os perigos que o Estado dizia que eles representavam. O autor retoma a obra *Clevelândia do* Norte, da autoria de Rogério Alicino, para contextualizar a transformação da Vila agrícola em colônia penal. Daí em diante Samis prossegue demonstrando que o presídio foi um dos instrumentos que o Estado brasileiro criou para reprimir todos os grupos sociais considerados perigosos, entre eles, os imigrantes, os anarquistas, os operários, os “tenentistas” e os indigentes. Assim como Pinheiro, Alexandre Samis enfatiza a precariedade do presídio de Clevelândia e da região do Oiapoque, bem como identifica os castigos físicos e as epidemias que vitimaram centenas de presos políticos brasileiros e estrangeiros.

O último capítulo, “Bolchevismo e anarquismo” Samis reflete sobre os embates travados entre anarquistas e comunistas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sugerindo que, enquanto os anarquistas estavam comprometidos com as transformações de aspiração operária, o comunismo brasileiro seguiu uma trajetória pragmática que pressupunha abrir mão do projeto revolucionário nos moldes proletário, combatendo, inclusive as ações anarquistas. O autor conclui que enquanto a polícia perseguia, prendia e desterrava os anarquistas, os militantes comunistas continuaram livres e tolerados pelo governo republicano. Nenhum

membro do Partido Comunista Brasileiro foi para Clevelândia, sentencia o autor.

A partir dos pressupostos criados por Pinheiro, a perspectiva de Samis avança e se diferencia ao compreender que os anarquistas eram os sujeitos revolucionários por excelência. Reconhecendo essa situação, o Estado não esperou para implantar uma estratégia repressiva que teve como principal alvo os militantes operários e suspeitos de terem ligações com as idéias e organismos anarquistas. Para Samis, o presídio de Clevelândia foi a garantia do isolamento dos dissidentes e dos *indesejáveis* numa região "inóspita" da floresta Amazônica, na fronteira com o território francês.

As fontes de pesquisa utilizadas por Samis são diversificadas: jornais, periódicos anarquistas, especialmente *A Plebe*, relatórios do Ministério da Agricultura, cartas dos desterrados e fotografias do cotidiano do presídio. O estudo apresenta uma lista de presidiários e óbitos idêntica à lista apresentada por Pinheiro, sugerindo que, aproximadamente 946 presidiários passaram pela colônia penal de Clevelândia. Segundo o autor

> O primeiro grande grupo de deportados, formado por 419 indivíduos de composição diversificada, do Rio de Janeiro, teria chegado ao núcleo, a partir de dezembro de 1924.(...)
> .....
> Do segundo grupo, que originalmente contava com 200 praças do Exército e da Marinha envolvidos em levantes no Amazonas e no Pará, foram enviados 119 indivíduos (...).
> .....
> O terceiro grupo foi o dos soldados de Catanduvas que vieram de Paranaguá, passando pela baía da Guanabara e seguindo para o Oiapoque. Estes, segundo o relatório de Oldemar Murtinho, chegaram em número de 408, em julho de 1925. (SAMIS, 2002, p. 217)

Avaliando criticamente o trabalho de Samis, verifica-se que o presídio e os presidiários aparecem apenas no item 2.6 do segundo capítulo, e no terceiro capítulo da obra, enquanto que as demais partes do livro tratam de temas que aparecem dissociados do objeto de estudo. O quarto capítulo não faz qualquer referência ao presídio, e ainda assim, o título do livro é *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*.

Uma outra consideração sobre essa obra é que os presidiários são descritos como cidadãos injustiçados, que foram punidos sem qualquer culpa criminal. Essa

maneira de conceber os presidiários tende a reduzir a potência revolucionária desses sujeitos que foram destinados para Clevelândia, pois o contexto histórico dos anos 20 era de confronto aberto dos grupos dissidentes (anarquistas, “tenentistas”, comunistas e outros) contra o Estado. Ora, se a maioria dos presidiários eram sujeitos oriundos dos grupos políticos que contestavam o governo republicano, querer considerá-los como inocentes é desqualificar a ação da resistência dissidente.

O arbítrio do Estado enviou para Clevelândia pessoas que não tinham ligações com a dissidência política e nem se enquadravam na categoria de criminoso comum[11], mas ainda assim, foram enquadradas na condição de suspeito[12], ainda que esses sujeitos não tivessem ligação com a luta oposicionista. No entanto, tudo indica que a maioria dos presos tinha consciência da sua opção política. A repressão e a prisão dos dissidentes foi um processo que se formou nas lutas sociais.

Refletir sobre essas questões não significa advogar em favor do Estado. O arbítrio, a violência e a tortura foram, e continuam ainda hoje sendo, práticas usadas contra as camadas populares no país, no entanto, essas práticas estão no meandro das lutas sociais.

É importante lembrar que Samis produziu outra obra intitulada *Moral pública e martírio privado: a colônia penal de Clevelândia do Norte* (1999). É um estudo relevante, que faz uma discussão resumida da sua abordagem sobre a prisão de Clevelândia.

Em 2003, Carlo Romani publicou artigos sobre a prisão de Clevelândia nos volumes 3 e 4 da Revista Verve[13], nos quais discute o que significou a instalação do presídio para os movimentos de contestação e especialmente para o anarquismo. Para esse debate, tomarei o artigo intitulado “Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal

[11] Para a análise desse trabalho, o criminoso comum é aquele indivíduo, cujo crime cometido não tem relação com as suas aspirações político-ideológicas.

[12] Elizabeth Cancelli discute o Código Penal e o sistema prisional no Brasil durante as décadas de 20, 30 e 40 do século passado. O seu estudo revela que o governo republicano brasileiro promulgou onovo código penal pelo Decreto 847, de 11 de outubro de 1890, estabelecendo que o sistema prisional deveria ser aplicado somente àqueles que “efetivamente haviam sido condenados”. No entanto, a realidade carcerária era bem diferente, pois “a polícia possuia o poder de promover o encarceramento de pessoas sem condenação formal da justiça”, bastando que o sujeito fosse enquadrado na condição de suspeito. (CANCELLI, 2005, p. 143)

[13] A revista Verve é uma publicação semestral do Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL), ligada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

ou campo de concentração", publicado no volume 4 da revista. Considero que o artigo, intitulado "Clevelândia do Norte: aqui começa o Brasil!" é uma similar do primeiro.

Romani é historiador, professor universitário e tem afinidade ideológica com o anarquismo. A revista Verve, na qual publicou os artigos, agrega um grupo de estudos e de atitudes (como anunciam) ligadas ao anarquismo, o que não significa que a concepção do autor seja a posição da revista. Como apresentada no volume 11, "Verve é uma revista semestral do nu-sol que estuda, pesquisa, publica, edita, grava e faz anarquias e abolicionismo penal". (VERVE, p.4)

Nos dois artigos, Romani encaminha a sua compreensão sobre a sociedade brasileira na década de 1920. Ele compartilha da compreensão de que essa foi uma década marcadamente conflituosa, em que os setores populares travaram um confronto aberto contra o governo republicano.

Romani sugere que o presídio de Clevelândia foi um "campo de concentração" para onde foram destinados "uma gama de brasileiros revoltosos" (ROMANI, 2003, p. 117). O autor considera que historiografia tem condenado a história de Clevelândia ao esquecimento, no entanto:

> ... a memória persiste em grande parte devido ao esforço dos simpatizantes da causa anarquista que observam naquele episódio um marco da luta libertária contra todas as formas de dominação e opressão dos homens. (*idem*, p. 118)

Romani não considera que o declínio do anarquismo brasileiro deva-se ao fracasso da militância anarquista nos sindicatos, e busca, nas políticas de repressão do governo Bernardes, especialmente em Clevelândia do Norte, a justificativa desse fato. A reação do Estado contra as ações "tenentistas" teria atingido "em cheio a base anarquista no país", mesmo sem que os anarquistas tivessem participação direta nas campanhas "tenentistas". E Romani lembra que não está fazendo propaganda anarquista, pois essa compreensão da história não é originalmente sua, é uma análise de Ângela de Castro Gomes[14].

Identificada a causa do declínio do anarquismo no Brasil, Romani segue para a explicitação de quem foram os presidiários de Clevelândia. Sua conclusão é que:

> ... o único contingente de pessoas confinadas nesse campo por motivos absolutamente políticos, foram os simpatizantes libertários. Não há registro de presos de outra corrente política que não a anarquista. (*ibidem*, p. 113)

No entanto, o autor destaca que, além dos anarquistas, entre os presidiários estavam os "tenentistas, ladrões, cafetões, vadios, loucos e outros simplesmente considerados como desclassificados pelo governo (...)". (*ibidem*, p. 117-118)

Após essas considerações, o autor lança as perguntas: "que tratamento deve dar a historiografia a esse funesto episódio da vida nacional? Será que a chamada colônia penal de Clevelândia foi apenas uma 'colônia penal'?" (*ibidem*, p. 119)

O encaminhamento das considerações sobre as questões acima levantas apontam para o fato de que "o desterro de prisioneiros políticos para locais isolados, muitas vezes até inóspitos, foi uma prática muito utilizada por vários governos" (*ibidem*, p. 120) no mundo, inclusive pelo Estado brasileiro em outros momentos da história. O autor prossegue concluindo que Clevelândia caracteriza um campo de concentração nos moldes daqueles criados pelo regime nazi-fascista durante a segunda guerra mundial, com a diferença de que na Europa os campos de concentração usavam câmaras de gás e fornos crematórios no extermínio dos prisioneiros.

O estudo de Romani é significativo na demarcação da historiografia atrelada ao anarquismo. O autor levanta questões polêmicas sem realizar reflexões sobre elas. Ao afirmar que os anarquistas foram os únicos presos em Clevelândia "por motivos absolutamente políticos", ficam muitas questões em aberto: o que são os motivos absolutamente políticos? Existem motivos parcialmente políticos? E os "tenentistas", não formavam um movimento político, por exemplo?

O jornal *A Nação*, que será analisado no capítulo seguinte, reivindica que os presidiários de Clevelândia eram seus companheiros: eram trabalhadores, proletários, sindicalistas e, inclusive, militantes comunistas, segundo o jornal.

Outra consideração sobre o texto de Romani, refere-se a um elemento comum nas demais obras analisadas, a saber, o aparecimento do Estado como determinante das relações sociais. O Estado que silencia a resistência, diluindo as lutas sociais e impondo o silêncio às vozes dissidentes.

---

[14] O autor se refere à obra *A invenção do trabalhismo*, da autoria de Ângela de Castro Gomes, publicada em 1988, pela IUPERJ.

Um aspecto que chama a atenção na análise das obras é a preocupação demasiada com o número de presos e óbitos em Clevelândia: as “listas”. Porém tanto Samis quanto Pinheiro e Romani tomam como fontes, para apresentar os números com exatidão, listas e relatórios produzidos pelo próprio Estado. Samis concorda com Pinheiro que 946 presos foram para Clevelândia[15], sendo que desse total, 491 faleceram. Romani baseia-se na “classificação elaborada pela polícia nas listas de envio”, para verificar que “foram ‘oficialmente’ degredados algo em torno de 1200 prisioneiros. Deste total, mais da metade sucumbiu às doenças tropicais e faleceu”. (*ibidem*, p. 315-316).

Essa preocupação esteve também presente na imprensa. No dia 7 de janeiro de 1927, o jornal *A nação* anuncia “a lista completa dos mortos em Clevelândia: são 325 mortos”. No dia 10 de janeiro do mesmo ano, um ex-soldado da força pública de São Paulo, que retornou de Clevelândia, afirma que além dos 76 ex-presidiários que retornaram com ele, “ficaram ainda uns 100, os demais morreram”. Na edição do dia 4 de fevereiro, o jornal realiza uma entrevista com o ex-sargento da armada que se tornou o encarregado do cemitério de Clevelândia, segundo o qual, faleceram 650 prisioneiros e mais os outros que morreram nas fugas.

Figura 6 – Charge assinada por Waldo, da série “Coisas sérias”, publicada na capa da edição do dia 22 de janeiro de 1927, do jornal *O Combate*.

[15] Os dois autores baseiam as suas contagens a partir de um relatório intitulado “Viagem ao núcleo colonial Clevend”, produzido pelo governo Bernardes. O relatório faz parte do acervo Arthur Bernardes, que se encontra no Arquivo Público Mineiro.

O Combate de 6 de janeiro de 1927 se referiu às listas do seguinte modo: "Os nomes? Os nomes? Vamos publica-los todos. Todavia, não para o horror dos que são responsaveis por esses assassínios que elles se não horrorizam diante de nada, mas para a lição que aproveitara sem duvida aos revolucionários de amanha". O mesmo jornal, no dia 7 de janeiro 1927, anunciou que: "1500 brasileiros, no Oyapock, quase nus, sob os horrores da peste, que os dizima". No dia 12 de janeiro de 1927, o jornal afirmou que as listas e registros dos presidiários de Clevelândia haviam desaparecido, e que, conforme os esforços de reportagem do jornal *O Globo*, chegou-se a "lista macabra" em que constavam o nome de pouco mais de 400 presidiários[16].

Enquanto isso, o jornal *O Paiz,* na edição do dia 5 de fevereiro de 1927, afirma que as epidemias que provocaram os óbitos em Clevelândia foram ocasionais, e que a oposição vinha aumentando o número de mortos para explorar o fato contra o governo.

As obras e as fontes analisadas nos levam a refletir sobre a brutalidade do aparato repressor preparado pelo Estado brasileiro contra as forças da resistência organizada pelos grupos dissidentes. Eram trabalhadores, militantes sindicalistas e anarquistas, militares rebelados, mendigos, menores de rua e indigentes que sofreram com as legislações e as prisões que puniam exemplarmente os excluídos, sendo a eliminação física era o ponto alto da punição.

Clevelândia do Norte não foi o único presídio que usado para combater a resistência oposicionista. Graciliano Ramos, na obra M*emórias do cárcere*, narra a sua experiência de presidiário, atestando que diariamente presenciava o suplício e a morte de vários presos na casa correcional de Dois Rios, no Rio de Janeiro. Ramos fala do curral de arame, onde eram depositados os homens mais doentes da colônia, onde presenciou a agonia de um preso:

> Uma injeção de morfina, pelo amor de Deus.
> Era apenas um sussurro, quase indistinto. O pedido esmorecia, inútil. Pela madrugada exerguei vultos em redor da tábua, curvados, em cochichos. Teriam vindo enfermeiros? Estariam abreviando e entorpecendo a agonia do homem? Retiraram-se. Os lamentos enfraqueceram ainda, espaçados, sumiram-se. (RAMOS, 1994, p. 151)

[16] O número e os nomes dos mortos estão ilegíveis devido ao desgaste do papel do jornal, sendo possível somente verificar que correspondem a 401 ou 404. A matéria referida faz menção a outra lista divulgada pelo jornal *O Globo* quatro dias antes.

As reflexões sobre a historiografia do presídio de Clevelândia do Norte apontam para a necessidade de avançar para além da constatação da violência do Estado, que condenou à morte centenas de presos. É preciso pensar Clevelândia em outros aspectos, identificando quem eram os presos que o governo republicano anunciou como “desordeiros”, ou, quem eram os prisioneiros que a imprensa apresentava como “injustiçados” pela república oligárquica. Em que medida a repressão controlou a dissidência política e quais foram os rumos da oposição no período pós-Clevelândia?

Uma nova abordagem sobre o tema requer o levantamento de novas problemáticas e a utilização diversificada e crítica das fontes de pesquisa, sejam elas relatórios oficiais, listas de presidiários, correspondências ou fontes da imprensa.

É preciso romper com o silenciamento das vozes dissidentes e mostrar que a prisão e as outras formas de repressão não silenciaram a resistência. E que a repressão não é um mecanismo que está fora ou acima das lutas sociais, pelo contrário ela se constitui no confronto entre as forças políticas que se opõem ou que se complementam.

Dessa forma, ao invés de reproduzir a “única versão autorizada dos acontecimentos”, será possível construir uma perspectiva que conceba o presídio de Clevelândia do Norte como a história da resistência, fazendo transparecer os conflitos sociais, as resistências e o desejo de transformação dos grupos dissidentes.

CAPÍTULO II – 1927: A IMPRENSA E O DESMANCHE DO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

O ano de 1927, como destacado no título acima, não pretende demarcar um "grande acontecimento" ou uma progressão cronológica da história. 1927 é um emblema que anuncia o fim do estado de sítio e retorno da normalidade no Brasil.

1927 sinaliza a "ponta de um *iceberg*". Como diz Alfredo Bosi:

> Datas são pontas de *icebergs* (...) são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos, os vultos das personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e números. (BOSI, 1992, p. 19)

O fim do estado de sítio suspendeu também a censura que amordaçou a imprensa brasileira, especialmente a imprensa dissidente. Abriu-se, dessa maneira, a possibilidade de debater sobre o arbítrio do governo Bernardes, descendo à base do *iceberg* para investigar e compreender os significados do presídio.

A pesquisa nas fontes da imprensa, tanto da "grande", quanto da "pequena imprensa"[17], revelaram algo mais do que a constatação das torturas, do trabalho forçado e o extermínio de centenas de trabalhadores, dissidentes políticos e indigentes. Os debates dos jornais indicavam que o presídio de Clevelândia do Norte não havia derrotado a resistência, e as lutas sociais estavam em curso.

---

[17] Carneiro e Kossoy (2003) sugerem que "a imprensa do século XX pode ser agrupada em dois segmentos: a grande imprensa (capitalista, com estrutura de empresa) e a pequena imprensa (proletária, efêmera, marginal, interiorana etc.). O primeiro grupo era radicalmente criticado pela imprensa libertária como "imprensa burguesa", "agência de negócios", "criada dos traficantes", "porta-estandarte da reação", "empresa de calunia e de mentira, de difamação", "perseguidora dos trabalhadores". No segundo grupo incluimos os jornais de combate, contestadora da ordem vigente, impressos com as mínimas condições materiais e cuja identidade de classe vinha anunciada no próprio cabeçalho reforçado por alguma epígrafe e dígito: *O Trabalhador, A Plebe, A Classe Operária, O sindicalista, A Voz dos Sapateiros, O Trabalhador Têxtil, O Trabalhador Agrícola, O Metalúrgico, O Trabalhador Vidreiro* etc. (p. 35)

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1927, ano seguinte a anistia dos presidiários, a imprensa deu inicio a uma batalha em torno da "verdade" sobre o presídio de Clevelândia do Norte.

O contexto social do país era de disputa política, e a imprensa manifestava esses conflitos através de discursos que se opunham ou defendiam o Estado republicano. Não havia consenso na identificação dos sujeitos que foram destinados ao presídio, e até mesmo a caracterização da região do Oiapoque, onde se situa a colônia de Clevelândia do Norte, era tema conflitante na imprensa.

Os conflitos que se travavam na sociedade a partir dos grupos políticos tinham a imprensa como meio de expressão. O Partido Democrático (PD) foi originado numa ruptura no interior da oligarquia agrária, não tendo, portanto, nenhum compromisso ideológico com a classe operária. O PD incorporou a temática da revolução, “sem contudo assumí-la", ou seja, o Partido concebia que, ainda que estive do lado da revolução e da classe operária, "o eixo da revolução passava por fora da classe operária", cabendo ao governo revolucionário encaminhar políticas legislativas e trabalhistas para solucionar a questão social (DECCA, 1994, p. 90). As aspirações do Partido eram transmitidas pelos jornais *O Estado de São Paulo e O Combate*, ambos de São Paulo.

No mesmo grupo do PD estavam os "tenentistas", uma tendência oposicionista que surgiu no bojo das lutas sociais dos anos 20, promovendo campanhas revoltosas que preocupavam o governo. O programa revolucionário proposto eles, contemplava mudanças no sistema eleitoral (voto secreto), a liberdade de expressão, a centralização do estado, o equilíbrio entre os três poderes, educação primária obrigatória e ensino profissional.

É importante ressaltar que os “tenentistas” estavam integrados ao aparelho militar do Estado, sendo originários das camadas médias urbanas, e dentro do acordo revolucionário oposicionista, eram considerados os "agentes revolucionários por excelência".

No entanto, Decca chama a atenção para o fato de que a historiografia foi quem criou, junto com a teoria da “revolução de trinta”, a categoria "tenentistas". Esse exercício teórico da historiografia buscou ocultar as lutas de classe e o papel que a classe operária exerceu nos acontecimentos históricos do período. Foi uma forma de retirar a classe operária da situação de classe revolucionária, projetando, dessa maneira, uma revolução sob controle de grupos sociais atrelados ao Estado

(os militares), produzindo uma revolução que rejeitava a participação das camadas populares na condução da história. Os interesses ligados a esse grupo eram expressos pelos jornais *O Combate* e *A Nação*, o que explicita a aliança formada pelos três tendências: PD, “tenentistas” e BOC.

O Bloco Operário e Camponês (BOC), por sua vez, era reconhecido pelo conjunto da aliança revolucionária como o único e legítimo porta-voz da classe operária, e essa condição conferia-lhe possibilidades para consolidar as suas posições junto à classe operária. O BOC, criado em 1927, não pode ser reconhecido apenas como “uma extração eleitoral do Partido Comunista Brasileiro” (o PCB foi posto na ilegalidade pelo governo Washington Luís, sucessor do governo Bernardes), pois além da presença dos comunistas no Partido, o que caracterizava o BOC era o fato de ser um partido “parlamentar e eleitoral”, que tinha o reconhecimento dos demais grupos políticos que compunham a aliança oposicionista. Além disso, o BOC havia aceitado a proposta de participar de um projeto de revolução que foi “definida fora dele, isto é, não lhe cabia realizá-la”, pois a condução do processo revolucionário estava nas mãos de outros setores, os “tenentistas”.

Sendo assim, a proposta de revolução do BOC considerava que "o proletariado pertencia ao bloco de classes da revolução", não apenas como um agente secundário, "mas sim como um aliado imprescindível da luta revolucionária". Além disso, o BOC defendia a revolução democrático-burguesa, nos moldes leninista, "enfatizando a liberação das forças produtivas sobre a base capitalista através da revolução agrária". Considerava que a aliança de classes (representada pela aliança com o PD e com os “tenentistas”) era uma medida fundamental para derrubar a oligarquia feudal/latifundiária nacional, para então criar "o espaço nacional na etapa imperialista", e no momento seguinte, promover a revolução proletária. No entanto, nas lutas sociais, o BOC se deparou com situações que provocaram o seu deslocamento em relação às demais forças políticas da oposição e o seu distanciamento da proposta da revolução democrático-burguesa. Decca expõe o problema dizendo que o BOC se desgastou tendo que "deprimir a importância de outras tendências do movimento operário" (os anarquistas, por exemplo), por um lado, e, "por outro, sendo obrigado a se consumir no encaminhamento do conjunto de reivindicações operárias na luta contra o capital." (*idem*, p. 104)

As três forças políticas que formavam o projeto revolucionário oposicionista haviam acordado que o eixo de luta entre capital e trabalho não seria um tema apreciado pela revolução. No entanto, o BOC foi forçado a rever essa posição quando a própria classe operária deu inicio às ações que reivindicavam não apenas a luta parlamentar e as concessões trabalhistas. Pressionado pelas manifestações operárias, o BOC não teve alternativa, senão participar diretamente dos movimentos grevistas.

Assumindo as lutas sociais, a posição do BOC foi redefinida no projeto revolucionário das oposições, deixando de ser aliado estratégico para se transformar no interlocutor do "perigo comunista", que amedrontava tanto a ordem republicana quanto os demais grupos que formavam o projeto oposicionista. A revolução defendida pelo BOC era nitidamente divulgada pelo jornal diário *A Nação*, órgão oficial do Bloco.

No final da década de 1920, o anarquismo não tinha mais a força de ação de outrora, no entanto, os anarquistas continuavam agindo pela desestabilização do governo republicano e pela definitiva abolição do estado. Mantinham total ceticismo em relação a representação parlamentar e às ações legislativas e trabalhistas que prometiam melhorar as relações de trabalho. A concepção de revolução dos anarquistas foi expressa na edição do dia 12 de fevereiro de 1927 do periódico *A Plebe,* classificando todos os governos como tiranos, opressores. Escreve um dos anarquistas: "Não confieis nos salvadores. Elles só poderão dar-vos leis, direitos inscritos num papel, trapos sem valor, ou carregar-vos de impostos, para vos offerecerem melhoramentos (...) a vossa custa". Ou seja, para o anarquismo, a libertação do julgo é possível somente com o fortalecimento da classe operária e a abolição do Estado.

Os anarquistas eram também críticos contundentes do projeto oposicionista formado pelo conjunto do PD, “tenentistas” e BOC, pois segundo eles, a revolução proposta por essa aliança não rompia com a raiz do problema que produzia a injustiça social no país. Era necessário abolir o Estado e todas as relações de opressão no interior da sociedade, criando condições para a instalação de uma sociedade livre do poder opressor.

Além dos oposicionistas, havia a posição do governo republicano, que estava no campo das disputas pela manutenção da ordem vigente. Enquanto os jornais *O combate, A Nação* e *A Plebe* combatiam pela derrubada do governo oligárquico, o

jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, estava na defensiva, rebatendo as acusações e denúncias contra o governo.

Para realizar o debate em torno do presídio de Clevelândia do Norte, serão tomadas as fontes produzidas pelos jornais *O Paíz*, *O Combate, A Plebe e A nação*. Nota-se que cada um desses jornais tem uma matriz ideológica diferenciada, expressando projetos e interesses ligados a determinados grupos políticos, ainda que em alguns momentos seja observada a aproximação da abordagem entre uns, como, por exemplo, *O Combate* e *A Nação*, que mantinham proximidade ao mesmo tempo que demarcavam limites e posições políticas. *A Plebe* colocava-se num pólo oposto, criticando tanto o governo quanto os “revolucionários”, no entanto, quando se tratava de denunciar “os crimes de Clevelândia”, o jornal fazia coro com *O Combate* e *A Nação*.

Livre das amarras da censura, o debate em torno da "verdade" sobre Clevelândia tomou conta das manchetes diárias dos jornais brasileiros. Noticiava-se sobre "os horrores de Clevelândia", "o extermínio de presidiários", "os crimes do governo Bernardes", "o desterro da peste e da morte", "a hecatombe de Clevelândia" e outras dezenas de outras e enunciados que buscavam sensibilizar a opinião pública.

Num pólo oposto, outros jornais, alinhados ao governo, notificavam que "determinados jornais mentem sobre a Clevelândia", ou denunciavam “A indústria da demagogia e o filão da Clevelandia", ou ainda "a exploração vergonhosa que fez o oposicionismo no caso da colônia Clevelândia."

O debate estava aberto, a censura estava suspensa e os jornais, de maneira diversa, vão expressar os conflitos sociais e os projetos políticos que se articulavam nas lutas sociais.

Tendo minhas expectativas baseadas nas leituras de Pinheiro (1991), Samis (2000) e Romani (2003), cheguei à imprensa de 1927 para constatar as torturas, os maus tratos e a violência generalizada contra os presidiários de Clevelândia. Logo nas primeiras matérias a que tive acesso, do jornal *O Combate*, parecia que a realidade não seria outra, senão confirmar a eficiência do aparelho repressor do Estado contra a resistência.

Na edição do dia 11 de janeiro de 1927, o jornal *O Combate* noticiou que havia chegado “em São Paulo, na imigração, muitos ex-presidiários de Clevelândia”,

sendo que muitos deles eram de Catanduvas[18] e “estão muito enfermos”. Na mesma edição, o jornal entrevistou um dos ex-presidiários que se identificou como ex-soldado da força pública de São Paulo. O homem afirmou que foi forçado pelos “tenentistas” a lutar do lado da revolução, sendo capturado e levado pela polícia para Clevelândia. Em seguida ele descreveu numa entrevista a sua passagem pelo presídio, contando que no almoço “serviam um prato de feijão duro com farinha” e que os presidiários dormiam no chão úmido, sendo que, pela manhã, todos eram obrigados a juntar os corpos dos presidiários que tinham morrido durante a noite. O ex-presidiário conta ainda que todos cumpriam jornadas de mais de doze horas diárias de serviço pesado, e que a maioria dos presos morreu afetado pelas doenças tropicais.

Esse depoimento foi muito significativo, pois atestava que o presídio de Clevelândia foi um fato histórico, e não uma invenção, ainda que esse fato sofresse interpretações diferenciadas, a partir da constituição da sua memória. Prossegui a pesquisa e verifiquei que diariamente o jornal *O Combate* estava debatendo o tema Clevelândia, realizando entrevistas com ex-presidiários, fechando as matérias com críticas contundentes ao governo Bernardes. A mesma metodologia foi adotada pelo jornal *A Nação*, e pela imprensa anarquista que no periódico *A Plebe* que sintetizou a discussão com a frase: “Oyapock – símbolo da tyrania burgueza”.

No encaminhamento das minhas reflexões fui convencido de que não bastava atestar a violência do Estado contra as forças dissidentes. Era preciso avançar no debate e buscar novas problematizações, visando construir “outras histórias”. De fato, caso decidisse ficar lamentando a repressão, o trabalho seria a reprodução da história dos vencedores.

Foi então que questionai as fontes da imprensa, levantando os seguintes questionamentos: o que a imprensa pretendia com a veiculação de noticias diárias sobre Clevelândia do Norte? Ou melhor, que projetos políticos estavam vinculados à imprensa? Qual a relação do presídio de Clevelândia com as disputas políticas em curso? É possível tirar os presidiários da condição de vítimas?

Partindo dessas questões me distanciei das fontes (a imprensa) e realizei a crítica à memória histórica que se constitui sobre o presídio de Clevelândia. Percebi

[18] Catanduvas à qual o texto se refere, está localizada no estado do Paraná. Na matéria intulada “As mentiras do senhor Bernardes”, assinado pelo jornalista Everardo Dias, publicada no dia 26 de março

que os autores com quem eu dialogava (Samis, Pinheiro e Romani) estavam, cada qual a seu modo, construindo uma memória que, na ânsia de “dar voz aos oprimidos”, negavam as contradições e transformavam as fontes de pesquisa na expressão da verdade. Essa operação produziu e consolidou uma abordagem que concebe Clevelândia como o marco da derrota da resistência.

Tendo a clareza de que as lutas sociais não cessaram por causa de Clevelândia, busquei identificar os projetos políticos que estavam em disputa no final dos anos 20, e como o presídio de Clevelândia estava inserido nesse confronto.

Voltei às fontes da imprensa e verifiquei que na edição do dia 5 de fevereiro de 1927, o jornal *O Paiz* publicou uma matéria intitulada "A industria da demagogia e o filão da Clevelândia", na qual ataca os jornais oposicionistas que publicavam diariamente matérias e "relatos abracadabrantes a respeito de alguns episódios da vida brasileira no governo passado".

Na mesma matéria, *O Paiz* identificou os presidiários de Clevelândia, construiu uma justificativa para a ação do governo contra os presos, e ainda apontou os motivos que geraram os discursos "falaciosos" dos jornais oposicionistas. O trecho é esclarecedor: "Esquecem-se, esses patriotas de estranha philosofia, de que se não tivesse havido revolução o governo tambem não teria sido forçado a tomar algumas medidas severas, absolutamente necessárias à jugulação da mashorca e à manutenção do proprio regimen". O texto prossegue qualificando os presidiários de Clevelândia como “revolucionários e anarquistas, ameaçadores da ordem publica e beligerantes”. O jornal esclarece que são pelo menos dois os motivos que sustentam o discurso dos jornais oposicionistas: em primeiro lugar, eles vivem "da exploração das tragédias e do sensacionalismo”, e em segundo, é que eles mantêm pacto com as forças que querem desestabilizar a ordem no Brasil. O jornal encerra a matéria da seguinte maneira: "Ah! Clevelândia infernal, que sera de ti se certos jornaes evangelizadores não encontrarem, por estes magros tempos, um assunpto mais interessante do que estas pacíficas plantações de mandioca?"

Enquanto o jornal *O Paiz* está afirmando que Clevelândia não foi mais do que “pacíficas plantações de mandioca”, o periódico *A Plebe* qualificava o presídio como o “symbolo da tyrania burguesa”.

---

de 1927, no jornal *O Combate,* um ex-militar preso em Clevelândia narra o trajeto dos militares presos em Cataduvas até Clevelândia.

A discussão que quero encaminhar neste capítulo não é sobre o grau da violência a que os presidiários de Clevelândia foram expostos. Sobre essa questão, não tenho dúvidas de que os presidiários experimentaram as mais cruéis formas de tortura, o trabalho forçado, as epidemias e a morte. As entrevistas com os presos que retornaram aos seus estados de origem, após a suspensão do estado de sítio colocaram às claras essa face do presídio.

Avançando na discussão, é muito significativo perceber que as lutas sociais estavam se travando, e a imprensa promovia o debate entre as forças em confronto. No dia 8 de janeiro de 1927, o jornal *A Nação* publicou a matéria intitulada "obra sinistra do governo que se foi", na qual anuncia que "operários inocentes, sem o menor processo, sem motivo algum, são arrancados aos seus lares e deportados para essas regiões malditas...mas a hora da justiça proletaria ha de chegar". O jornal prossegue afirmando que ao deportar soldados, operários e marinheiros para Clevelândia, Bernardes ligou "numa solda formidavel" esses elementos e definiu um novo caminho para a nação. A matéria conclui que "o proletariado e a classe média nada tem a esperar da burguezia dominante (fazendeiros de café)", e conclama a pequena burguesia (classe média) para organizar e preparar a terceira revolta, considerando que a primeira e a segunda revolta foram as movimentações "tenentistas" de 1922 e 1924.

Na defensiva do governo Bernardes, o jornal *O Paiz* do dia 5 de fevereiro de 1927, qualificou os presidiários de Clevelândia como revolucionários e anarquistas. Porém, o jornal esclareceu que, tanto os revolucionários quanto os anarquistas eram desordeiros e antipatriotas.

As estratégias da defensiva eram variadas e desqualificavam a imprensa oposicionista e os presidiários – “são anarquistas e revolucionários”. Na edição do dia 1 de março de 1928, *O Paiz* publicou uma entrevista concedida pelo ex-presidiário de Clevelândia e ex-sargento Andrade Figueira, na qual ele afirmou que, com ele foram presos militares inferiores, gatunos que vieram do Rio de Janeiro e alguns ex-alunos da escola militar, todos considerados perigosos para a ordem pública.

A observação do jornal é enfática ao comunicar que não havia oficiais entre os militares presos, deixando entender que o desejo e a ação revolucionárias eram próprias dos “militares inferiores”. A base da hierarquia militar não foi quebrada entre os oficiais, e que se tal acontecesse, os oficiais rebelados sofreriam a mesma

punição que sofreram os inferiores. A estratégia do jornal é desqualificar a ação dissidente, afirmando que o Estado manteve a ordem nas forças armadas e que os sujeitos que quebraram a hierarquia militar foram punidos exemplarmente.

Na edição do dia 12 de fevereiro de 1927, o periódico anarquista *A Plebe* entra no debate, qualificando o governo Bernardes como “quadriênio da lama”. Em uma das cartas de presidiários anarquistas, os presidiários de Clevelândia são identificados como "dezenas e dezenas de soldados e marinheiros, expiando o crime de terem obedecido cegamente a ordem dos seus superiores hierarquicos que se revoltaram contra o actual governo, desgraçados, mendigos pela infamia de serem velhinhos, inutilizados, repellidos e escarnecidos pela sociedade, porque aqui não ha asylo que os acolham, inumeros filhos do povo confundidos entre vagabundos (...), vários syndicalistas e anarquistas - operários e intelectuais (...)".

Observa-se então a nítida oposição entre as perspectivas do governo e dos anarquistas quanto à caracterização dos presidiários. Enquanto que, para o governo, pertencer a baixa patente desqualifica os presos como “militares inferiores”, para os anarquistas essa é uma qualidade desses militares que faz com que eles se identiquem com os “filhos do povo”. Um dos objetivos do governo republicano ao desqualificar o movimento “tenentista” era aliviar as tensões com a hierarquia militar. Já os anarquistas pretendiam aproximar esses sujeitos das aspirações revolucionárias anarquistas.

O jornal *O Combate* foi um dos que mais explorou o tema Clevelândia do Norte durante os debates travados na imprensa nos últimos anos da década de 20. Na edição do dia 11 de fevereiro de 1927 o jornal noticiou a chegada de “76 homens que estavam presos em Clevelândia, a maioria são revolucionários de Catanduvas”. A matéria publicada referiu-se ao acontecimento da seguinte forma: "os soldados da liberdade retornam ao Rio de Janeiro depois de uma noite tormentosa e infeliz”. O jornal distinguiu nitidamente os militares revolucionários dos civis, sendo estes últimos tanto as pessoas que foram presas "injustamente", “sem qualquer justificativa”, quanto os "gatunos" da cidade.

Em outra matéria publicada na edição do dia 22 de março de 1927, assinada por Everardo Dias[19], os prisioneiros de Clevelândia foram identificados da seguinte

[19] Everardo Dias nasceu na Espanha e com dois anos veio para o Brasil. Além de jornalista, Dias era maçom e líder sindical. Em 1919, após a sua participação em movimentos grevistas, foi preso e deportado, no entanto retornou ao Brasil e durante o governo Arthur Bernardes foi o novamente

maneira: "No Rio, embarcaram mais de 23 presos, conspiradores, sargentos do exército e da polícia, e civis. Com elles, 133 malandros, vigaristas, ladrões, mendigos", além dos "marinheiros da conspiração Protogenes, as praças revoltosas do Amazonas, os marinheiros do encouraçado "São Paulo", alem de varias levas de malandros deportados do Rio e de outros estados". Aqui, Dias conseguiu enquadrar os presos de Clevelândia dentro do perfil que interessava ao jornal, ou seja, os militares “tenentistas” são evidenciados entre os presos, ainda que o jurista não tenha esquecido dos civis, que eram os gatunos, e em menor número, os operários.

O contexto político em que foram publicadas essas matérias era de confronto entre o governo e a oposição. Aparentemente existe apenas duas posições, a defensiva e a oposicionista. No entanto, um olhar mais atento captará que a oposição não é homogênea, ela é formada por grupos diferentes e até opostos.

Para os anarquistas, o governo republicano e os chamados "revolucionários", incluindo os comunistas, os “tenentistas” e o PD, não se diferenciavam, pois não queriam outra coisa senão o poder e o controle do Estado. Os anarquistas denunciavam as “amistosas relações” que os comunistas mantiveram com o governo Bernardes, enquanto os trabalhadores morriam em Clevelândia. Na edição do dia 12 de fevereiro de 1927, os anarquistas criticam os comunistas: "Socialistas água-de-rosa e bolchevistas pavorosos, no afan da caça ao voto, formam comícios com candidatos mais ou menos sociaes e formam blocos em nome dos trabalhadores para depoes poderem chegar à gamella parlamentar". E mais adiante, outra conclusão: "Quando o operariado confia em leis e deputados, deixa enfraquecer a sua organização, abater a sua energia".

A crítica aos “tenentistas” já tinha sido feita no periódico*,* quando os anarquistas identificaram que os militares que foram para Clevelândia eram somente os de baixa patente, que estavam pagando pelo crime “de terem obedecido cegamente a ordem dos seus superiores hierarquicos que se revoltaram contra o actual governo”. Eram proletários, oprimidos pelo Estado e pela hierarquia militar.

A combatividade dos anarquistas respingou também no PD, partido que *A Plebe* identificava com aqueles candidatos “mais ou menos sociaes com os quais os comunistas formam comícios”.

---

preso. Dias era colaborador do jornal *O Combate*, tendo publicado a obra *História das lutas sociais no Brasil*. (1977)

Em resposta às críticas dos anarquistas, *A Nação* publicou, no dia 25 de março de 1927, uma matéria criticando as "calumnias" dos anarquistas, argumentando que além de resistirem ao governo Bernardes, muitos dos “nossos companheiros padeceram em Clevelândia”. O jornal fecha a crítica com uma provocação: "Pobres anarchistas cujos cadaveres foram enterrados na Clevelândia. Comvosco morreu o Anarchismo".

É curioso observar que essa ironia dos comunistas em relação aos anarquistas é adotada na análise de Romani (2003), para justificar o declínio do anarquismo brasileiro. O autor atribui a causa do declínio do anarquismo à repressão do Estado principalmente através do presídio de Clevelândia. E essa compreensão foi declaradamente adotada por Romani, a partir da ótica da obra *A invenção do trabalhismo* (1988), de autoria de Ângela de Castro Gomes. No entanto, o jornal *A Nação* já sugeria uma explicação desse tipo em 1927, mas ao que parece, a sugestão não era séria, era apenas uma resposta mal-criada contra os disparos anarquistas, pretendendo rebaixar o anarquismo e desencorajar os seus militantes a se manterem engajados nessa posição política.

Alinhado aos interesses governistas, o jornal *O Paiz* tratou de atacar a oposição que denunciava o governo como o culpado pela "hecatombe de Clevelândia". Dessa vez, a defensiva usava como estratégia a constatação de que a sociedade atravessava um momento de “paz social”, e para sobreviver, os jornais da oposição tinha que explorar as tragédias, "fabrincando-as quando ellas escasseam". Segundo *O Paiz*, os jornais oposicionistas criaram um fato para desestabilizar o momento de estabilidade política no país, e para tanto, a estratégia foi criar um discurso que pusesse a dissidência na posição de “lobo em pele de carneiro”, ou seja, o jornal esclarece que a oposição política foi quem provocou todos os males a que se referem nos seus jornais. Na edição do dia 5 de fevereiro de 1927, *O Paiz* assevera: “Esquecem-se esses que hoje clamam de ramo de oliva em punho, pela paz geral, que foram elles mesmo que atearam e alimentaram a fogueira da rebeldia que tantos annos vem encharcando de sangue o territorio nacional". Aqui, o argumento se encaminha no sentido de inverter as acusações que a dissidência levanta contra o governo.

Rebatendo as críticas em relação à Clevelândia, no dia 5 de fevereiro de 1927, *O Paiz* afirmava que os presídios brasileiros destinados aos presos políticos estavam lotados e "Clevelândia era o que havia no momento", não sendo, portanto,

a escolha do Oiapoque como destino daqueles presos uma decisão arbitrária. Porém, o jornal não reconhece nada de extraordinário ou abusivo no tratamento dos presos de Clevelândia: "Que é, em verdade e em resumo, essa terra tão decantada pelas folhas useiras e veseiras na exploração dos casos sensacionaes? Uma communissima colonia agricola (...)", afirma o jornal.

Está evidente que havia um confronto político real em andamento na sociedade brasileira. Não se tratava apenas de debater o que foi o presídio de Clevelândia, que nesse momento já estava fechado, tendo os presos que sobreviveram retornado para os seus estados de origem.

Clevelândia ressurgia como um tema central das disputas entre os grupos políticos em 1927, e a sua “ressurreição” foi provocada pelos embates entre governo e oposição, sendo que a oposição que buscava estratégias que colocassem forçosamente o governo em posição defensiva. Nesse confronto aberto entre as forças políticas abriu-se a possibilidade de que, tanto os presidiários quanto os jornais oposicionista (e a própria oposição) expusessem a sua memória sobre o tema, denunciando a arbitrariedade do governo republicano.

Esses embates nos remetem às reflexões que Beatriz Sarlo (2007) realiza sobre a memória, segundo a qual, “o presente da enunciação é o tempo de base do discurso, porque é presente o momento de se começar a narrar e esse momento fica inscrito na narração" (p.49). Na discussão, Sarlo reconhece a hegemonia do presente sobre o passado no discurso, e nessa operação produz-se um anacronismo inevitável, já que o testemunho:

> ... é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar no passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente (...). (SARLO, 2007, p. 59)

Os embates em torno do presídio de Clevelândia constituíram memórias que se complementam, mas também que se distanciam. A medida que os confrontos sociais são travados, a imprensa os expressa sistematizando memórias. Por outro lado, a historiografia também produzirá uma memória histórica que terá vinculo com determinados interesses do seu tempo.

O anacronismo, que é uma característica inerente à memória é uma questão

que a história deve reconhecer, traçando os seus limites. A dissolução do anacronismo pode se dar olhando “para o passado com os olhos de quem o viveu, para poder ali captar o sofrimento e as ruínas”. (*idem*, p.59)

As considerações acima são relevantes e podem contribuir efetivamente para a compreensão dos embates que produziram muitas “Clevelândias” anacrônicas, cada qual atrelada a interesses e posturas políticas diferentes.

Nesta perspectiva de compreensão, é interessante observar os embates que colocavam em discussão em que medida os direitos dos presidiários de Clevelândia foram violados. *O Paiz* publicou uma matéria datada do dia 11 de fevereiro de 1927, na qual se refere aos presos que chegaram em Clevelândia como "novos hóspedes". Na matéria o jornal insiste, categoricamente, que todos os presidiários receberam o melhor tratamento possível. Como prova disso, o jornal apresentou o resultado de dois inquéritos instaurados contra a comissão administrativa de Clevelândia, o primeiro realizado em junho de 1925, e o segundo, em junho de 1926, nos quais não consta nenhuma anormalidade no presídio. Ou seja, os alojamentos, a alimentação e o respeito à integridade dos presidiários foi, comprovadamente, garantida, sendo que os inquéritos contaram, inclusive, com depoimentos de presidiários que atestaram não terem nenhuma reclamação contra a administração do núcleo de Clevelândia. Quanto à epidemia que resultou na morte de centenas de presos, o jornal notificou que eram epidemias "ocasionaes (levadas do sul)" e que não afetaram apenas Clevelândia, foi um problema que assolou "varios logares", diz o texto. A argumentação do jornal produzia a defesa do governo republicano vigente, amenizando a responsabilidade do governo federal e da comissão administrativa da colônia sobre os problemas que ocorreram no presídio.

Em outra edição, do dia 3 de janeiro de 1928, *O Paiz* atesta que os sujeitos que foram para Clevelândia eram "presos considerados perigosos pelos seus antecedentes" (criminosos e anarquistas), no entanto, nunca lhes faltou nada, diz a matéria. Na edição, a estratégia do jornal no título da matéria: "Verdades para a história". A verdade à qual se refere é a construção da defesa do grupo político que administrou o presídio e que ainda estava, no momento da defesa, no controle do país.

O jornal toma como “a verdade” dos fatos, o discurso proferido por Miguel Calmon, ex-ministro da agricultura no governo Bernardes[20], prestando esclarecimentos sobre as acusações levantadas sobre o presídio de Clevelândia. Na audiência, realizada no senado, Calmon expressou ao procurador da República, "a exploração vergonhosa que fez o opposicionismo no caso da colônia Clevelândia", e para fundamentar a sua defesa, Calmon apresentou os depoimentos de vários ex-presidiários que estiveram presentes na sala da audiência, bem como outros depoimentos de presos entrevistados pelo jornal *O Imparcial*, da cidade de Belém. Todos os depoentes afirmaram que “nunca os presidiários sofreram castigos corporais e que nunca lhes faltou alimento, água, assistência médica, medicamentos, moradia descente...” etc. O jornal apresenta um documento assinado por um grupo de mais de vinte ex-presidiários de Clevelândia, no qual declaram agradecimentos “.. ao Sr. Gentil Norberto, engenheiro chefe da comissão fundadora do núcleo colonial Cleveland, e demais funcionários do referido núcleo, pelo bom trato que alli nos foi dado, além de roupa, calçado, cigarros, chapéos, assistência médica e hospitalar, boa e farta comedoria e respectivo agazalho nas hospedarias construídas para tal fim. Declaramos mais que, no Oyapock, não soffreram os colonos castigos physicos nem coacção à sua liberdade, além da ordem de não poderem se retirar do núcleo sem a devida permissão, a qual era facultada.”

A oposição respondeu prontamente à defesa do governo feita por *O Paiz*. O periódico anarquista *A Plebe,* na edição de 12 de fevereiro de 1927, publicou uma correspondência do ex-presidiário de Clevelândia e líder libertário Domingos Braz[21], na qual Clevelândia é descrito como um presídio localizado no Oiapoque, “uma região que nem sequer é nomeada nas geographias". A carta prossegue constatando os sofrimentos dos “desterrados e infelizes, isolados do mundo, das coisas, da família e da sociedade".

O jornal *A Nação,* por sua vez, se empenhou para desmontar o discurso oficial que apresentava os presos de Clevelândia como "desocupados e malfeitores - dynamiteiros, anarquistas, ladrões, batedores de carteira etc". O jornal afirmava que a verdade era outra: os prisioneiros eram os “soldados da liberdade”, soldados

[20] O presídio de Clevelândia do Norte era uma instituição que estava sob os cuidados do ministério da agricultura.

[21] Domingos Brás era operário têxtil de Petrópolis, militante e escritor anarquista. Foi preso em Clevelândia em 1925, de Conseguiu escapar, retornando ao Rio de Janeiro, no início de 1930. Aderiu

revoltosos e trabalhadores, conforme a edição do dia 4 de fevereiro de 1927. No dia 6 de janeiro de 1927, o jornal noticiou que o senador Lauro Sodré proferiu um discurso na tribuna do senado, no qual denunciou que o presídio de Clevelândia era um local inóspito, "sem recursos e sem meios de vida". Em outra edição, do dia 28 de janeiro do mesmo ano, o jornal afirmou que o senador Monis Sodré leu, na tribuna, uma carta de um ex-presidiário, que não deixa dúvidas sobre a violência praticada contra os presos em Clevelândia.

O jornal *O Combate* tomou posição clara: “Clevelândia é um inferno mais terrível que o de Dante”, diz a edição do dia 10 de janeiro de 1927. Na matéria “Cynismo ou demência?”, publicada no dia 31 de março do mesmo ano, o jornal ironiza o discurso proferido pelo ex-ministro Miguel Calmon no senado, que defendia que o clima de Clevelândia era salubre. Diz o jornal: “é tão salubre que este senhor administra (?) aquelle matadouro de Belém, a linda capital do Pará, nunca lá se demorando mais de 24 horas, conforme atesta os poucos sobreviventes do inominavel martyrio”. Esse “senhor” ao qual se refere o jornal era Gentil Norberto, o engenheiro-chefe, administrador e fundador da vila de Clevelândia. A matéria afirmava ainda que havia um relatório do governo que não aconselhava enviar os militares para “terras inabitadas” como o Oyapoque, no entanto, o governo escolheu o pior lugar para desterrar as “vítimas do seu ódio”, conclui a matéria.

No dia 26 de março de 1927, *O combate* publicou outra matéria, assinada por Everardo Dias, assinalando que o “crime de Clevelandia foi premeditado. Bernardes queria um logar de punição para os presos, um logar de tortura, um logar maldito. Appareceu o Oyapock – e elle escolheu-o, então, jubiloso, para a macabra colonização."

Nunca é demais lembrar que os embates aqui registrados são posteriores à suspensão do estado de sítio e à dissolução do presídio de Clevelândia. Está claro que há uma prestação de contas sobre o governo passado e sobre os fatos relacionados ao presídio, no entanto, também nunca é demais alertar que nesse momento estão se travando lutas irão se acirrar, em torno de projetos políticos, no final da década de 20. Os jornais expressam esses confrontos autorizados por determinadas tendências político-ideológicas.

---

o Partido Comunista Brasileiro, tornando-se secretário do Partido entre os anos 1932-1933. O seu prontuário está no arquivo do DOPS, no arquivo do estado de São Paulo.

Na perspectiva do Estado e do jornal *O Paiz,* os presidiários de Clevelândia eram malfeitores e desocupados, ou revolucionários e anarquistas, gente que promovia a desordem nacional. Na visão oposicionista, os presos eram outros sujeitos, eram revolucionários, trabalhadores e injustiçados. A primeira posição era defendida pelo grupo político que quer se manter no governo, no controle do país, enquanto a segunda posição defendia o rompimento com a ordem vigente.

Portanto, os grupos oposicionistas tinham consenso na compreensão de que a república oligárquica (o governo dos fazendeiros) era opressora e que o governo Bernardes foi a síntese dos interesses oligárquicos, bem como convergiam no entendimento de que o presídio de Clevelândia e o Oiapoque eram os lugares da peste e da morte, por isso que os dissidentes (anarquistas, “tenentistas”, sindicalistas, criminosos e indigentes) foram para lá enviados.

Nos debates de discernimento pontual sobre a identidade dos presidiários de Clevelândia, a oposição vai se definir e se diferenciar (ou definir claramente os seus projetos políticos), adotando estratégias que visavam atrelar os revolucionários presos em Clevelândia aos seus projetos políticos. Como se tratava de um embate formado por grupos políticos diversos, e não apenas governo e oposição, as diferenças entre os grupos vão ficando evidentes na medida em que caracterizavam os sujeitos punidos em Clevelândia.

Para *O Combate*, os presidiários foram os militares do "exército libertador". Na compreensão do jornal *A Nação,* os presos eram os filhos do proletariado, entre os quais "os heroicos revolucionários". Para o periódico *A Plebe,* eram os excluídos da sociedade. Ainda que pareça tênue, há um distanciamento na percepção de cada um dos grupos oposicionistas sobre quem eram os presidiários. Tratava-se do confronto e dos pactos existentes entre as forças que compunham a oposição: BOC, PD, “tenentistas” e anarquistas.

Na matéria intitulada "As victimas da sanha Bernadesca", publicada no dia 11 de janeiro de 1927, o jornal *O Combate* assinalou o retorno dos sobreviventes do presídio. "Na leva que agora regressa de Clevelandia, o maior número é de prisioneiros de Catanduvas. São os que estão em estado de saúde mais deplorável. Atacados pela febre palustre, pela desinteira e por uma terrivel molestia de pelle, tem todos um aspecto horrivel, que inspira compaixão". Os presos de Catanduvas eram os militares “tenentistas” que estiveram à frente da batalha contra o governo,

em 1924. Ali foram encurralados e presos, enviados em seguida para o presídio de Clevelândia.

Na mesma matéria, o jornal entrevistou um rapaz que se identificou pelo nome de Ephigenio Alves, que contou que foi preso pelos revoltosos em São Paulo e forçado a ingressar nas fileiras revolucionárias comandadas pelo tenente Cabanas, que era "um homem bom e bom guerreiro...Basta dizer que elle, onde chegava, não deixava fazer mal a ninguem", diz o rapaz.

As narrativas publicadas no jornal *O Combate* não escondem o seu compromisso com o projeto político que aglutinava os “tenentistas”, o PD e o BOC. No entanto, fica evidente que o jornal reconhece os “tenentistas” como os agentes que estão à frente da aliança. Não é por acaso que imediatamente após a suspensão do estado de sítio o jornal iniciou uma combativa campanha pela anistia dos militares “tenentistas”, não se falando da anistia de outros presos políticos.

Por outro lado, *O Combate* acompanhou as ações “tenentistas”, identificando-as como a “salvação nacional”. Na manchete de capa da edição do dia 5 de dezembro de 1924 o jornal atesta: "Chegam até nós, vindas de todos os pontos do pais, eloquentes noticias sobre a consagração nacional da impavida atitude assumida pelo Rio Grande republicano nestes dias revoltosos". A notícia trata dos avanços de uma das frentes de combate dos "tenenistas" no estado do Rio Grande do Sul.

Nos dias 19, 22 e 26 de março de 1927, o jornal *O Combate* publicou, respectivamente, três artigos assinados por Everardo Dias, cujo título era "As mentiras do Sr. Bernardes", nos quais qualifica os presos de Clevelândia como "prisioneiro de guerra ou preso a esmo, por esbirro sem consciência, nas ruas da cidade".

Verifica-se que, na interpretação do jornal, os revolucionários que estiveram presos em Clevelândia eram os militares “tenentistas”, e os demais eram identificados apenas como civis, cidadãos que foram presos a esmo (ao acaso, sem fundamento), ou por esbirros (empregados dos tribunais) sem consciência, ou seja, *O Combate* distingue duas categorias de presos: os revolucionários tenentistas e os civis que foram vítimas da arbitrariedade do Estado.

Outra constatação significativa para a discussão, é que o ano de 1927 foram eleitos novos deputados federais e senadores. Neste contexto, *O Combate* se posicionou publicamente contra as candidaturas do Partido Republicano, inclusive,

qualificando a candidatura de Bernardes ao senado (pelo estado de Minas Gerais), de "a candidatura synistra". O jornal convidava os “eleitores independentes” a votarem em favor do Partido Democrático, e esse partido passou a publicar um caderno especial dentro do jornal *O Combate*, denominado Folha do Partido Democrático, onde era realizada a defesa das suas propostas e a apresentação dos seus candidatos. Após a eleição, na edição do dia 25 de fevereiro de 1927, *O Combate* comemorava a vitória do Partido Democrático e a derrota das "oligarquias que assaltaram os estados.”

Igualmente, a partir de 1928, *O combate* manteve um caderno especial dedicado às ações do BOC e às reivindicações dos trabalhadores. Essa estratégia fazia parte da aliança articulada entre os três grupos políticos: PD, BOC e “tenentistas”.

Na obra *O silêncio dos vencidos* (1994), Decca lembra que o jornal *O Combate* era o porta-voz do projeto político composto por esses grupos. Portanto, não é de estranhar que, ao mesmo tempo em que o jornal fazia apologia ao conteúdo revolucionário dos “tenentistas”, estevisse também do lado dos candidatos do PD e das ações do BOC.

A discussão nos leva a perceber que as lutas sociais estavam em voga e os grupos políticos estavam disputando espaço, disputando o poder. Essa compreensão deixa claro que Clevelândia não silenciou a resistência, aliás, Clevelândia foi criada no bojo das lutas sociais, e após a sua dissolução, em dezembro de 1926, o presídio esteve no centro das disputas políticas em andamento no final da década de 20, momento em que discutir o presídio, o Oiapoque e os presidiários era uma estratégia fundamental na disputa.

Nesse embate, os anarquistas fizeram oposição ao governo vigente e aos demais grupos de oposição. O periódico *A Plebe* definia os presidiários de Clevelândia como sujeitos oriundos dos grupos oprimidos historicamente, das camadas pobres da população brasileira e os estrangeirosNa edição do dia 12 de março de 1927, os anarquistas afirmaram que no início da década de 20, o Brasil estava num "regime de guerrilha", sendo que os guerrilheiros eram aqueles que propagavam o "ideal de amor, paz, liberdade e harmonia, crime que todos os governos não perdoam", e por isso foram enviados para Clevelândia, pagando com suas vidas naquela "a região mortífera"..

Os anarquistas caracterizaram os presidiários como sujeitos socialmente oprimidos. Dentre os presos, o periódico reconhece 15 líderes anarquistas, dos quais 4 morreram, 5 evadiram e 6 receberam anistia. É importante destacar que os anarquistas não esqueceram da ausência dos comunistas em Clevelandia, chegando a supor que eles (os comunistas) estiveram aliados ao governo Bernardes.

Ainda sobre a identidade dos presidiários de Clevelândia, o jornal *A Nação* seguiu os parâmetros do acordo estratégico feito pelo BOC com o PD e os “tenentistas”. No dia 4 de fevereiro de 1927, o jornal denunciou que o presidente Bernardes "despachou para Clevelandia heroicos revolucionarios trahidos em Catanduvas, bravos soldados e sub-officiais da policia militar e das guarnições do exercito aquartelada no Rio, pelo crime de conspiração, ou muitas vezes alvos de infames pessoaes (...) igual sorte tiveram centenas de operarios", conclui a matéria.

Percebe-se que a ênfase do jornal recaía sobre os revolucionários que saíram dos quartéis, sendo que os operários ficavam em segundo plano. O acordo do projeto político oposicionista que o BOC compôs, era que os “tenentistas” eram os revolucionários por excelência. *A Nação* avaliava a conjuntura internacional e nacional a partir de uma interpretação marxista, identificando a burguesia e o proletariado em relação antagônica, alinhando o governo republicano brasileiro como o legítimo representante da burguesia agrária, que precisava ser derrotado pela aliança de classes (a revolução democrátco-burguesa).

Mesmo reconhecendo que os revolucionários de Clevelândia eram os militares, o jornal *A Nação* demarcava o campo do BOC e dos comunistas, identificando os presidiários como seus companheiros. Na edição do dia 5 de janeiro de 1927, o jornal lançou uma manchete atestando a ida de “Um dos nossos companheiros a caminho do inferno da morte”, referindo-se especificamente a um companheiro comunista.

A Nação apresentava os presidiários de Clevelândia distinguindo-os em três categorias: os "militares do exército libertador", os "presos políticos" (onde estão os operários e sindicalistas) e os "simples indesejáveis" (ladrões, vigaristas, punguistas, salteadores e vadios). Essa classificação está exposta na edição do dia 5 de janeiro de 1927, onde o jornal informou também que, entre os presidiários havia 407 militares presos na revolta de Catanduvas.

Quanto a posição dos grupos políticos em relação ao governo Arthur Bernardes, algumas falas acima já dão pistas sobre essa relação, no entanto, é importante fazer a discussão de forma sistematizada para que se evidenciem as arbitrariedades desse governo e desmistifique-se os impasses entre os anarquistas e comunistas em relação ao “quadriênio” de Bernardes. Alexandre Samis (2000) sugere que o governo Bernardes foi o mais repressor da primeira república brasileira, bastando observar as ações que implantaram o DEOPS, as legislações de perseguição e deportação dos anarquistas e imigrantes e a criação do presídio de Clevelândia do Norte.

O jornal *O Paiz*, diante dos embates com a imprensa oposicionista, no dia 5 de fevereiro de 1927, manifestou-se afirmando que o governo Bernardes foi forçado a tomar medidas severas contra os “beligerantes que ameaçavam a ordem pública”. Entre as medidas governamentais, está a constituição do presídio de Clevelândia do Norte.

Quanto aos rumores de que o governo abusou da violência contra os presidiários, *O Paiz* respondeu com a matéria “Verdades para a história”, onde realizou uma defesa minuciosa do governo e da administração do presídio. Nesta defesa o jornal argumentou que, ainda que os presos tivessem antecedentes criminais, nunca sofreram castigos corporais e nem lhes faltou qualquer recurso necessário a sobrevivência básica (moradia, alimentação, roupa, assistência médica, medicamentos etc). As epidemias que provocaram a morte de muitos presidiários foram eventuais.

O Jornal *O Combate* foi suspenso pela censura, e no dia 23 de março de 1925 foi lançado o jornal alternativo com o nome *O Povo*, que preservou o oposicionismo de *O Combate*. Na edição do dia 24 de março do mesmo ano, foi publicada uma nota de capa: "*O Povo* circulará até segunda ordem". Um mês depois *O Combate* retornava à cena política brasileira após ganhar na justiça o direito de circular livremente.

Após a suspensão do estado de sítio, *O Combate* fez oposição acirrada às políticas do governo Bernardes. Na edição do dia 7 de janeiro de 1927, o jornal comparou Bernardes com Lampeão (o cangaceiro que na época era noticiário nacional), ambos criminosos. No dia 31 de março do mesmo ano, o jornal publicou uma matéria intitulada "Cynismo ou demencia?" na qual expôs as "atrocidades" daquele governo: "apos a suspensão do sitio aparecem a violencia policial" (as

prisões arbitrárias, assassinatos, Clevelândia etc). Para exemplificar o que o jornal argumentava, a matéria afirmou que, antes de criar o presídio de Clevelândia, Bernardes a propôs a implantação da pena de morte e o catolicismo oficial no Brasil, no entanto, o congresso nacional rejeitou as propostas. No dia10 de janeiro de 1927, o jornal lança a pergunta: "O sr. Bernardes, cujo governo se caracterizou por crimes, comparecera perante os tribunaes?".

O periódico *A Plebe* tinha muito que se queixar do governo Bernardes, pois teve a sua publicação suspensa em 1924. Segundo Carneiro & Kossoy (2003), na data do seu fechamento, “Rodolpho Felippe, gerente responsável pela edição, foi preso junto a oito companheiros por quarenta dias, e processado pela lei de imprensa sob a acusação de fazer críticas ao governo” (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 96). Com a suspensão do sítio, o periódico voltou a circular.

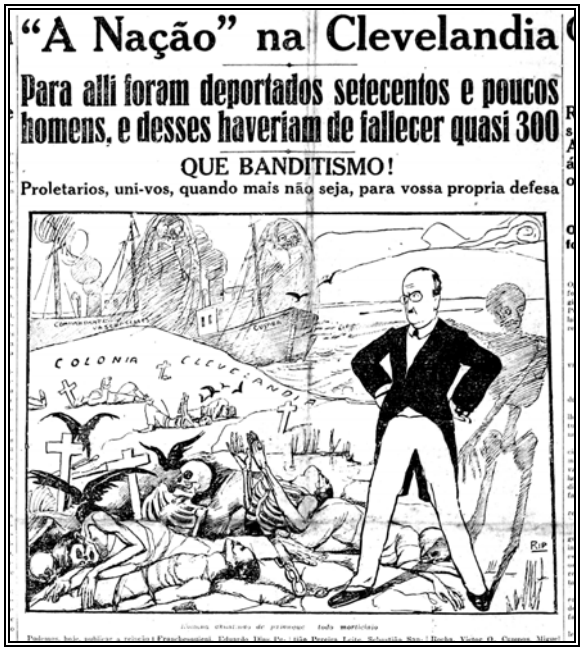
Na sua primeira edição após o período de censura, *A Plebe* trouxe a manchete: “Os grandes crimes da Burguezia”. Em seguida publicou várias cartas de desterrados e textos sobre o governo Bernardes e o presídio de Clevelândia. Uma coluna do jornal recebeu o título: “Um quadriênio de crimes contra o povo”, referindo-se ao governo Bernardes, que perseguiu, prendeu e assassinou centenas de trabalhadores nas “selvas pestilentas do Oyapock”, diz a matéria.

Na edição do dia 12 de março de 1927, *A Plebe* se dedicou novamente a denunciar o “*gulag* brasileiro” (Clevelândia) e o governo Bernardes, desta vez qualificado como “um governo czarista” que conseguiu abafar o massacre de Clevelândia e as legítimas manifestações do livre pensamento.

Os anarquistas não poupavam críticas a posição dos comunistas em relação ao governo Bernardes, e estranhavam o fato de nenhum deles ter experimentado o presídio de Clevelândia. Na edição de 12 de fevereiro de 1927, *A Plebe* qualificou os comunistas como “socialistas água-rosa”, “trahidores da classe operária”. No dia 12 de março do mesmo ano, o periódico avaliou que os anarquistas que morreram em Clevelândia “se sacrificaram na lucta deturpada pelos modernos politiqueiros pseudo-operários” (os comunistas). Então, o jornal sugeria: “os trabalhadores devem repellir esses salvadores de ultima hora”. Essa posição dos anarquistas contra os comunistas parece estar ligada ao fato de que, os anarquistas não aceitavam que os comunistas formassem alianças com grupos políticos conservadores, em nome da classe operária.

O BOC tinha compromisso com os “tenentistas” e com o PD, grupos considerados, pelos anarquistas, como politicamente conservadores, defensores do Estado. A posição do BOC e do jornal *A Nação* eram de indubitável oposição ao governo Bernardes. É preciso lembrar que o BOC não era formado apenas por comunistas, e que a repressão ao comunismo se intensificou a partir da década de 1930.[22]

O jornal *A Nação* foi fundado em janeiro de1926 e circulou até agosto de 1927, quando foi suspenso "com a vigência da *lei celerada*” (SODRÉ, 1966). Durante a sua existência, o jornal combateu o governo Bernardes e o regime republicano vigente, principalmente após a suspensão do estado de sítio. A partir de janeiro de 1927, o jornal publicou matérias diárias sobre a brutalidade cometida contra os trabalhadores durante o governo Bernardes.


“A Nação” na Clevelandia

Para alli foram deportados setecentos e poucos homens, e desses haveriam de fallecer quasi 300

QUE BANDITISMO!

Proletarios, uni-vos, quando mais não seja, para vossa propria defesa

COLONIA CLEVELANDIA

Figura 7 – Charge publicada na capa do jornal *A Nação,* de 7 de janeiro de 1927.

[22] O presente estudo não propõe aprofundar o debate sobre os embates entre os anarquistas e comunistas. A respeito desses embates e a repressão ao anarquismo, ver: SAMIS, Alexandre. Bolchevismo e anarquismo. In: SAMIS, Alexandre. **Clevelândia** - **anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2000. Sobre repressão ao comunismo, consultar: AQUINO, Maria Aparecida *et al* (Org). **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. (Família 10 e 20). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa oficial do Estado, 2002.

No dia 28 de janeiro de 1927, o jornal estampava a manchete: “A perversidade de Bernardes na Clevelândia” e no dia 23 de março “O martírio dos comunistas”. As matérias denunciavam e violência do governo Bernardes contra os trabalhadores em Clevelândia. A matéria publicada no dia 17 de março do mesmo ano, qualificava as ações repressivas de Bernardes como “inqualificavel cynismo”, devendo o ex-presidente ter as suas ações apuradas.

No dia 8 de janeiro, *A Nação* comunicou aos ex-presidiários que sobreviveram e aos parentes dos que foram assassinados em Clevelândia, que numa ação conjunta do BOC com o Partido Comunista e *A Nação* seria aberta uma ação judicial contra o Estado, para exigir a indenização de todos os envolvidos com o episódio.

Uma questão que precisa ser lembrada é que o governo Bernardes respondeu judicialmente pelo “caso de Clevelândia”. Os jornais analisados, inclusive *O Paiz,* fazem referências às audiências ocorridas no senado e nos tribunais, tratando dessa questão. O jornal *O Combate*, na edição do dia 5 de maio de 1927 noticiou que o senhor Seabra, “autoridade política do estado da Bahia”, fez um longo discurso lembrando dos abusos, das corrupções e da violência que caracterizaram as ações do ex-ministro Miguel Calmon, lembrando ainda dos "crimes de Clevelândia". Segundo o jornal, ao fim da sessão, Calmon saiu do senado sob protestos do público presente. "O povo vaiou-o estrondosamente. Cercaram-lhe o automovel aos gritos de - Fora assassino de Clevelândia...", diz o jornal.

A Nação, edição do dia 6 de janeiro de 1927 noticiou que o senador Lauro Sodré proferiu um discurso na tribuna do senado, manifestando repúdio em relação às atrocidades verificadas no presídio de Clevelândia. O senador se refere à região do Oiapoque como um lugar “sem recursos, sem meios de vida, não podendo manter senão pessoal retricto. A colônia compreende uma area de 50 m^2. Fora desse perímetro, não ha sinão o rio e a mata”. No dia 13 de março de 1927, o jornal noticiou que o ex-presidente Bernardes, fez um discurso no qual afirmou que a responsabilidade pelos acontecimentos de Clevelândia não era dele, era do ex-ministro da agricultura (Miguel Calmon) ou do ex-administrador do presídio (Gentil Norberto).

O Jornal *O Combate,* do dia 27 de janeiro de 1927, anunciou que “A república dos juizes repudiara aquela prisão”, referindo-se a um manifesto assinado por vários juízes contra os crimes de Clevelândia.

Essa batalha política, que se desdobrou no campo judicial, não pode ser

compreendida de outra maneira senão como componente dos conflitos sociais que se travavam na sociedade brasileira naquele momento. De um lado está o arbítrio, a corrupção e a incompetência e de outro os projetos de resistência: os trabalhadores, os anarquistas, os comunistas e os demais grupos excluídos pela política republicana. A batalha política estava em todos os campos da sociedade: na imprensa, no senado, nos tribunais e no cotidiano das cidades.

O presídio de Clevelândia do Norte estava na “ordem do dia” dos debates. Olhando mais de perto é possível perceber que discussão sobre o presídio não era movida simplesmente pelo ato de solidariedade com os sujeitos que foram vítimas da violência ali praticada. Embora fechado, o presídio não havia acabado, ele permanecia no centro das lutas sociais que se travavam na sociedade brasileira no final da década de 20, isto é, após a sua dissolução.

CAPÍTULO III – HISTÓRIAS DA RESISTÊNCIA NO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

Para além das discussões historiográficas, penso que revisitar o presídio de Clevelândia do Norte, abre a possibilidade de reflexão sobre a violência do Estado contra as vozes dissidentes, mas também possibilita a sua re-significação com os olhos do presente. Depurar os escombros para constituir “outras histórias” que tenham o compromisso de ouvir as vozes dos presidiários (e não de dar a voz a eles), provocando o confronto com a memória histórica que transforma os presidiários em sujeitos sem potência diante do Estado.

A imprensa que analisei no capítulo anterior trás nas suas abordagens registros, entrevistas e correspondências dos presidiários, que permitem enxergar nos presidiários, traços de pessoas comuns, que foram arrancadas das suas cidades e da convivência familiar para viver numa terra distante, sem os recursos que a urbanidade do centro-sul oferecia. Aqui, não se trata de fazer apologia à tradição familiar ou ao pretensioso “desenvolvimento” da parte sul do país, mas apenas de fazer uma constatação social, inclusive percebendo que entre os presidiários não havia chefes de Estado, filhos da oligarquia cafeeira ou de industriais. Não estavam naquela prisão, as “grandes personalidades” que a história conservadora privilegia na sua abordagem.

3.1 “A TERRA QUE DEUS ESQUECEU”

Quando a imprensa brasileira se empenhou nos debates sobre o presídio de Clevelândia do Norte, um aspecto que foi exaustivamente explorado, por todos os grupos políticos envolvidos nas lutas sociais, foi uma determinada visão sobre o Oiapoque. As denominações mais comuns para se referir à região eram: “inferno verde”, “Sibéria brasileira”, “jardim dos suplícios”, “desterro da peste e da morte”, “selvas pestilentas”, “lugar inóspito”, entre tantas outras. O jornal *O Combate*, edição do dia 7 de janeiro de 1927, se refere ao Oiapoque da seguinte maneira: “A insalubridade do seu solo, todo pantanoso, so permite nelle viver os caboclos de origem, ja affeitos as febres e ao impaludismo (...) Uma terra que Deus esqueceu”.

Esta é uma visão ainda corrente nos dias atuais. Os alunos do ensino básico e universitário têm dificuldade em localizar geograficamente o Oiapoque, lugar descrito pelo militante anarquista Domingos Braz como “uma região que nem sequer é nomeada nas geographias”. Atualmente, o senso comum fala do Oiapoque como o vazio demográfico de natureza intocada ou do lugar onde começa ou termina o Brasil.

Quando a imprensa e a própria historiografia trata o tema Clevelândia do Norte, o Oiapoque é apresentado como um lugar de desterro ou de degredo. A categoria desterro pressupõe o banimento do presidiário para um lugar distante da pátria[23] (o degredo é a pena de desterro imposta a criminosos), uma concepção que preconiza o Oiapoque como outra nação, fora do Brasil.

No artigo intitulado “Clevelândia do Norte – aqui começa o Brasil!” (2003), Romani faz reflexões sobre o presídio de Clevelândia, e no corpo da sua narrativa histórica ficam algumas considerações que merecem análise. O Oiapoque é descrito pelo autor como uma região erma (desabitada) do território brasileiro, um local que ainda hoje necessita “reafirmar aos visitantes e a si mesma a sua própria identidade nacional”. Romani está falando do Oiapoque nos dias atuais.

O Oiapoque é uma região em que, historicamente, há a confluência de muitos povos de origens distintas. A etnia *Galibi*, por exemplo, que vive na fronteira com a Guiana Francesa se reivindica remanescente de grupos indígenas *caribenhos* que vieram para a região do atual Oiapoque, antes da chegada dos portugueses no Brasil[24]. Além disso, a relação dos *galibis* com o Estado brasileiro é conflituosa, pois esse povo se reivindica nação autônoma, e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem dificuldades de manter influências sobre esse povo.

Portanto, o Oiapoque não é um lugar ermo, e a questão da identidade nacional não pode desconsiderar as relações sociais constituídas pelos sujeitos históricos que habitam a região, caso contrário, corremos o risco de intensificar as discriminações etnocêntricas que os povos indígenas vêm sofrendo desde a conquista colonizadora. Julgar a região como erma e sem identidade nacional é reproduzir o discurso da historiografia dominante, que toma como parâmetro de

---

[23] O minidicionário Aurélio conceitua o ato de desterrar como “fazer sair da terra, do país; banir. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

[24] O nome Galibi é uma derivação do nome Caribe, segundo o cacique dos *Galibis Marworno,* etnia que vivem no Oiapoque.

civilização os critérios da modernidade ocidental, principalmente a européia. É preciso lembrar que o Oiapoque é um lugar de relações sociais, onde convivem brasileiro, estrangeiros, índios e não-índios. (ribeirinhos[25], comerciantes, trabalhadores, militares etc)

A visão que discrimina a Amazônia e o Oiapoque ecoa desde as primeiras expedições da conquista européia na região. Os primeiros viajantes europeus na Amazônia narraram a estranheza e o deslumbramento que tiveram na passagem pelo Cabo Norte, no final do século XV e início do século seguinte[26]. Algo semelhante é a impressão que Euclides da Cunha teve quando participou das expedições de reconhecimento da região, no início do século XX. Cunha descreveu a região amazônica como "vasto e luxuoso salão" da natureza, onde o homem era "ainda um intruso impertinente" .

A idéia de desterro, enquanto expulsão para fora da fronteira nacional, é observada na narrativa do jornal *O Combate*, que na edição do dia 7 de fevereiro de 1927, anunciou a chegada, no Rio de Janeiro, de presidiários originários de Clevelândia. O jornal noticiou: "Um clarão de alegria para os que, de novo, voltam a rever a Patria e a Família". Nota-se que as palavras pátria e família estão escritas com as letras iniciais maiúsculas, o que reforça a idéia de que os presidiários foram afastados deliberadamente das instituições fundamentais da sociedade: a pátria e a família, sendo que esse afastamento não se deu para qualquer lugar, mas um uma localidade absolutamente inóspita, muito embora dentro das fronteiras nacionais.

As adjetivações dos jornais oposicionistas ao Oiapoque, e a Clevelândia, prosseguem descrevendo o lugar como "aquelas terras onde as doenças e as pestes dizimaram a vida de centenas de presidiários".

A imprensa governista, na defensiva, responde aos ataques da oposição, criando uma representação bucólica do Oiapoque e de Clevelândia, visando amenizar a violência do Estado contra os presidiários. Na edição do dia 11 de fevereiro de 1927, *O Paiz*, publicou uma matéria na qual afirmou que Clevelândia não foi nenhum "jardim dos suplícios" como querem os oposicionistas, e sim, apenas

---

[25] Os ribeirinhos são pessoas que vivem nas margens dos rios, onde constroem casas de madeira e sobrevivem da caça, da pesca, da criação de animais (galinhas e porcos) e da coleta de produtos da floresta. Uma grande parte dos ribeirinhos são de origem indígena.

[26] Sobre os relatos dos viajantes europeus na Amazônia, ver: COELHO, Mauro Cezar. Diários do Cabo Norte – interesse de Estado e relatos de viajantes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia: modernização e conflitos (séculos XVII e XIX)**. Belém: UFPA-NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, pp. 21-54.

“pacíficas plantações de mandioca”.

A oposição era insistente na publicação de matérias que taxavam Clevelândia como o local do contágio e transmissão de endemias e epidemias que à época eram fatais, como a malária, a pneumonia, a desinteria bacilar, a cólera, a febre amarela e outras doenças. Não deixa de ser verdade que esses males afetaram a população local e foi responsável pela maior parte dos óbitos entre os presidiários. No entanto, não deixa de ser verdade também que essas mesmas endemias e epidemias estavam, em grande escala, presentes nas cidades brasileiras. A esse respeito, o estudo de Luiz Jacintho da Silva (2003) revela que alguns desses males chegavam ao Brasil através dos portos, especialmente nas regiões portuárias do Rio de Janeiro e de Santos, se alastrando pelas zonas urbanas do país. Na obra “Os bestializados: o Rio de Janeiro e república que não foi” (1987), José Murilo de Carvalho afirma que no início de século XX as epidemias, especialmente de febre amarela, malária, peste bubônica e a varíola eram constantes, provocando muitos óbitos na capital federal.

A imprensa governista, por sua vez, saiu em defesa do governo afirmando exatamente o contrário da versão que definia o Oiapoque e Clevelândia como o “desterro da peste e da morte”. Esses males eram de ordem nacional e não apenas do Oiapoque, dizia a imprensa governista. Na edição do dia 5 de fevereiro de 1927, o jornal *O Paiz* chegou a anunciar que, além ter aumentado o número de óbitos de Clevelândia, a oposição não admitia que os óbitos vinham das “epidemias ocasionaes” levadas do sul, pelos soldados do “tenentismo”, para Clevelândia. Nessa perspectiva, a compreensão se inverte, e as endemias e epidemias, radicadas em Clevelândia, tinham como origem o centro-sul do país.

Havia uma disputa não somente na definição dos significados do presídio de Clevelândia do Norte, mas também em torno do espaço geográfico: o Oiapoque. Obviamente que ambas as disputas estavam diretamente relacionadas, e não ocorriam por acaso. Era o confronto entre os projetos políticos que buscavam se afirmar como alternativa para a sociedade brasileira, tendo Clevelândia e o Oiapoque no centro das disputas.

O argumento aqui sugerido é que o Oiapoque e o presídio de Clevelândia foram escolhidos com o claro objetivo de abafar as vozes dissidentes. É bastante provável que, estrategicamente, o Estado tenha instituído o presídio em Clevelândia do Norte por duas razões: a dificuldade de acesso ao local, o que garantia o isolamento dos cidadãos dissidentes em relação aos grandes centros urbanos (uma

vez que as ações revolucionárias aconteciam principalmente nas cidades); e a necessidade de ocupação da faixa de terra na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

Portanto, o Oiapoque foi uma punição exemplar para a dissidência, pois os presidiários eram sujeitos urbanos que agora estavam distantes da cidade e da família, isolados em meio a floresta amazônica. Os costumes, as paisagens geográficas e o clima do Oiapoque eram muito diferentes de seus lugares de origem (o centro-sul do Brasil). Fica evidente que o Estado cuidou estrategicamente de isolar os grupos dissidentes, e o Oiapoque foi um dos locais escolhidos para promover a punição. A floresta e o rio Oiapoque eram os muros naturais do presídio.

3.2 O COTIDIANO DA RESISTÊNCIA

Penso que seja possível observar mais de perto as dificuldades, os temores, pactos e a resistência que os presidiários firmavam em Clevelândia. Os depoimentos publicados na imprensa e as correspondências dos presos (que também estão publicadas nos jornais) podem contribuir para elucidar, não apenas a visão que os presidiários tinham sobre o Oiapoque, como também os crimes e atrocidades cometidas pelo “estado de terror”[27] instaurado naquela prisão.

Refletir sobre a violência do Estado contra os presidiários de Clevelândia é um exercício que não pretende impressionar os leitores e nem transformar este trabalho em manual de curiosidades. Não pretende também “resgatar” a história do presídio de Clevelândia ilustrando o martírio dos presidiários, uma tarefa utópica, uma vez que não é possível reconstituir o passado tal qual aconteceu.

Fazer esse exercício reflexivo é uma exigência do presente, que não quer silenciar as vozes dos sujeitos comuns: os presidiários, que foram perseguidos, presos, torturados e assassinados na luta contra a opressão do Estado. É uma tarefa que se propõe a romper com o esquecimento, produzindo memórias, “e dotar sua interpretação histórica de possibilidade de transformação deste presente no sentido da realização da utopia” (FENELON, 2000, p. 13).

[27] Beatriz Sarlo, denomina a violência das ditaduras nos países da América do Sul e o regime nazi-fascista como “terrorismo de estado”, cuja característica, entre outras, foi a violência sem precedentes

Na edição do dia 7 de fevereiro de 1927, *O Combate* noticiou a chegada de 75 presidiários no Rio de Janeiro e publicou a entrevista concedida pelo ex-presidiário Augusto da Silva Ramalho, que afirma que ainda desconhecia o motivo de sua prisão. O entrevistado narrou detalhadamente a situação do presídio e o tratamento que os prisioneiros receberam em Clevelândia. Segundo ele, assim que chegavam naquela prisão, "recebiam ordens para trabalhar, sempre vigiados pela guarnição militar da colonia, que os maltratava à primeira fala". Outro entrevistado, o ex-presidiário Manoel dos Santos, 19 anos, ex-marinheiro, foi indagado sobre os sofrimentos que passara no presídio. A resposta foi que sentia "arrepios quando recordava as torturas às quais era submetido".

Em outra edição, do dia 23 de fevereiro de 1927, o mesmo jornal reproduziu a entrevista concedida pelo ex-presidiário anarquista Domingos Passos[28], ao jornal *A Noite*. Na entrevista, Passos diz que os presidiários sofriam constantes espancamentos desferidos por outros presidiários conhecidos como "coronel Bahia, Za-la-mort, Rio Grande e Padeirinho". Esses indivíduos tinham autorização da administração do presídio para espancar os demais presos. O anarquista conta ainda que, houve um protesto dos presos contra os maus-tratos, e que o protesto foi reprimido por soldados armados, dispostos a disparar contra os manifestantes, e no final do movimento, a administração "pôs a ferros" os líderes do protesto. Domingos Passos narra outro episódio da violência contra os prisioneiros de Clevelândia, desta vez contra um velho pedreiro, apelidado de "construtor": "Estando em trabalho, "Constructor", para aproveitar a massa que havia preparado, demorou-se um pouco mais a chegar para a refeição. Foi o quanto bastou para que o coronel Bahia lhe vibrasse violenta bofetada, arrancando-lhe um dente, do que resultou forte hemorragia". Segundo o entrevistado, o presidiário Antônio Salgado foi "posto a ferros" por ter protestado contra o esbofeteamento de "Construtor".

Passos prossegue a entrevista dizendo que, mesmo doentes, todos os presidiários eram obrigados a cumprir longas jornadas de trabalhos pesados. Um dos maiores temores dos presos era adoecer e entrar no hospital "Simões Lopes", localizado nas dependências do presídio, pois todos que entravam no hospital "dois

---

contra os "inimigos da ordem". Para efeito de comparação, usarei a categoria "estado de terror" para qualificar a política repressora criada no governo Bernardes. (SARLO, 2007)

[28] Domingos Passos foi um dos líderes do anarquismo na década de 1920. Era carpinteiro, sindicalista e autodidata. Após fugir de Clevelândia, foi preso novamente na prisão do Cambuci, em São Paulo. (SAMIS, 2000, pp. 218-219)

ou tres dias depois na certa, estava sahindo, já cadáver..."

Vários entrevistados disseram que o hospital de Clevelândia funcionava em precárias condições, contando com poucos funcionários, poucos leitos e com a falta de medicamentos. Devido à grande quantidade de presos doentes, os enfermos se amontoavam pelo chão do hospital.

No dia 14 de janeiro de 1927, *A Nação* publicou três correspondências trocadas entre o preso Antônio Pereira, ex-sargento da polícia e sua esposa, Benvinda Pereira. Na primeira carta, datada do dia 11 de junho de 1925, o homem afirmava que está bem, mas tinha muita saudade de casa, "daqui é difícil fugir", escreveu. Pedia a esposa que vendesse a casa e enviasse 700 ou 800 réis para que ele pudesse retornar de Clevelândia. Três dias depois, escreveu outra carta comunicando que continuava bem, mas a saúde estava delibitada. Na terceira correspondência, o homem afirmava que estava muito doente no hospital e que provavelmente iria sucumbir, dizia ele na carta: "sabes quanto estou pesando? 68 quilos. Por ahi vés o que sou hoje: um esqueleto". A mulher vendeu a casa e enviou 500 réis, mas não obteve resposta. Antônio Pereira faleceu no hospital de Clevelândia.

Na edição do dia 22 de março de 1927, o jornal *O Combate,* publicou uma matéria escrita pelo jornalista Everardo Dias, que se refere ao depoimento do ex-presidiário Lauro Nicacio ("inferior do exército"). Segundo Nicacio, após a penosa viagem de Catanduvas a Clevelândia, os presidiários se depararam com uma situação de barbárie naquele presídio. Na chegada, muitos presos já estavam nus e três meses após a chegada no presídio, todos estavam doentes, sendo que os problemas mais comuns eram: "febres, vomitos, inaptencias, inchação dos membros inferiores, convulsões, diarréa, tumores, prostação generalizada". A medicação para todas as doenças eram as mesmas: injeção e comprimidos de quinino (remédio para curar a malária). O entrevistado afirma que essas doenças foram provocadas pela falta de uma alimentação equilibrada. As refeições servidas aos presos eram cozidas somente com água e sal, sem nenhum tipo de gordura, afirma Nicacio. Dias prossegue com a narrativa do ex-presidiário, que dizia que ao amanhecer, após o café, que "era servido sem pão", a "turma do cemitério" se deslocava até o hospital para verificar quantos homens haviam morrido durante a noite. A média diária de óbitos era de "dez e doze homens". Diante da quantidade de doentes, a administração do presídio montou uma "enfermaria auxiliar" improvisada, que "na

realidade não passava de enfermaria da morte".

Uma correspondência datada do dia 15 de outubro de 1926, publicada no jornal *A Nação,* edição do dia 8 de janeiro de 1927, comunicava aos familiares de um homem chamado Silveira, sobre o seu falecimento em Clevelândia. Dizia a carta: "O infeliz Silveira foi victimado pelo impaludismo, que assola impiedosamente esta região". A correspondência está assinada por Ismael Souza Barreto, um ex-presidiário de Clevelândia.

A dona Maria da Conceição notificou, na edição do dia 17 de fevereiro de 1927, do jornal *O Combate*, o desaparecimento de seu filho que foi preso em Clevelândia. A mãe diz que quer saber se o rapaz está vivo e pede que algum ex-presidiário recém-chegado lhe dê alguma informação.

Diante de tantas atrocidades, é necessário retomar o fôlego para visualizar as lutas sociais e a resistência da voz dissidente. Há algumas questões para se pensar: mesmo dentro do presídio havia vozes que se opunham à exploração do trabalho e à violência cotidiana, além de que, havia o sentimento de solidariedade entre os presos. Quando alguém morria, a família do falecido era comunicada através de cartas escritas pelos próprios presos. Os presidiários organizavam manifestações contra a violência ou se manifestavam diante do espancamento de um determinado preso. Ou seja, a violência não foi aceita passivamente, inclusive, os depoimentos que os presidiários concederam aos jornais oposicionistas eram demonstrações da indignação. Mesmo diante da possibilidade de retaliação, os sobreviventes não se calaram.

Isso não significa que todos os presidiários eram solidários ou indignados com a violência ou com a direção do presídio. O próprio governo tratou de organizar grupos de ex-presidiários que afirmaram no jornal *O Paiz* que nunca sofreram qualquer violência, mas que, pelo contrário, diziam que foram bem alimentados, que os dormitórios eram confortáveis e que a administração do presídio cedia roupas, chapéus, calçados, cigarros e pagamento a quem optasse por trabalhar na colônia penal. O governo usou esses depoimentos na sua defesa nos tribunais e no senado.

No entanto, a imprensa dissidente foi mais enfática nas denúncias, deixando o governo numa situação difícil, pois as matérias e os depoimentos dos ex-presidiários ecoavam na sociedade, pressionando os poderes constituídos a tomarem atitudes contra as suspeitas de abuso da violência contra os presidiários de Clevelândia.

Na edição do dia 22 de março de 1927, a matéria “As mentiras do Sr. Bernardes”, assinada por Everardo Dias, publicada no jornal *O Combate,* destacava, entre outras atrocidades, a construção do trapiche (cais para embarque e desembarque de passageiros e cargas) que foi realizada com a mão-de-obra de presos que, mesmo doentes, com febres de malária, tinham que mergulhar no rio Oiapoque com sacos de concreto para construir a base do trapiche.

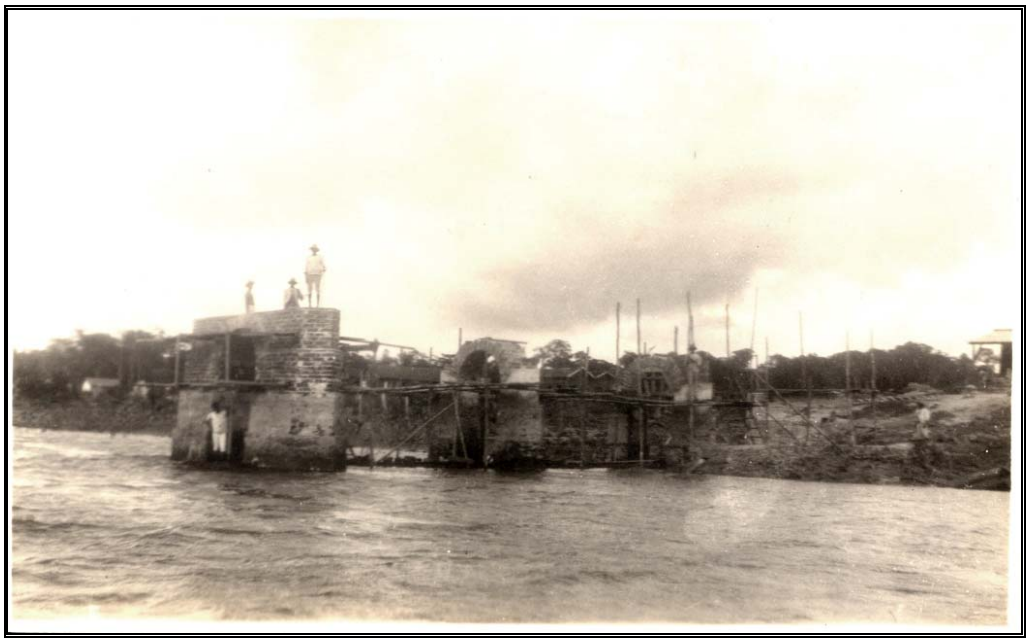


Figura 8 – Foto do trapiche de Clevelândia em construção.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, Acervo Arthur Bernardes.

Na mesma matéria, Dias descreveu a existência de uma técnica de tortura que os presidiários de Clevelândia denominavam de “geladeira quente” ou “cafua”, que era uma estrutura construída com chapas de metal, projetada para caber apenas uma pessoa. Nessa estrutura era colocado o presidiário que demonstrasse qualquer ato de insatisfação contra a administração do presídio. Ali, o preso ficava por várias horas, ou às vezes dias, sem receber alimentação ou água.

No dia 11 de janeiro de 1927, Mateus Felix de Moura, um ex-sargento da força pública de São Paulo, concedeu uma entrevista ao jornal *O Combate*, na qual afirmou que quando os revolucionários de Catanduvas foram presos e destinados ao norte do país, no navio “Cuyaba”, chegando “nas costas do Pará”, foram transferidos para o navio “Oyapock”, onde seguiram até um lugar chamado Santo Antônio. De lá, seguiram caminhando até Clevelândia, onde foram forçados a trabalhar em troca de

uma alimentação que era composta por um “feijão duro, com uns grandes pedaços de carne podre e insípida”. A noite dormiam no chão úmido, sem nenhuma coberta, diz o ex-presidiário.

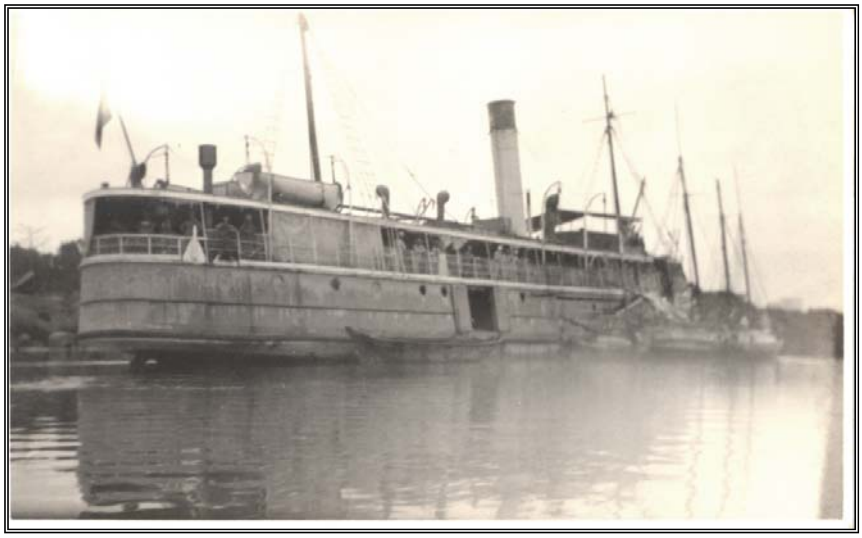


Figura 9 - Vapor Oyapock e a Goleta Francesa (pequena escuna) recebendo passageiros a bordo do Oyapock, em Santo Antonio em 1924.
Fonte: Arquivo Público Mineiro/ Acervo Arthur Bernardes.

Numa matéria longa, publicada dia 12 de janeiro de 1927, no mesmo jornal, outro presidiário, “um distinto moço paulista”, que não se identificou, narra a sua trajetória, desde a prisão em Catanduvas até os últimos dias no presídio. Afirma que que de Catanduvas caminharam 12 dias até a cidade de Iriti, onde embarcaram num trem e viajaram até Curitiba e de lá, foram para o porto de Paranaguá. Dali seguiram para o Rio de Janeiro no navio “Cuyaba”. No Rio, os presos foram transportados para o navio “Caxambu”, onde se juntaram a “150 ladrões, assassinos e vagabundos”. Depois de 15 dias viajando, chegaram na montanha *Largent*, na Guiana Francesa. Lá embarcaram no navio “Oyapock” e seguiram até uma localidade chamada Santo Antônio (no Oiapoque), onde desembarcaram e seguiram caminhando pela floresta durante uma noite inteira, atravessando igarapés (pequenos rios) e “pantanos”. Durante o caminho, muitos homens, fatigados, desistiam de caminhar e esperavam amanhecer para prosseguir. No presídio encontravam “de tudo quanto se possa imaginar de hostil e nocivo à humanidade”, diz o rapaz, que complementou narrando sobre as epidemias e mortes dos presos: “o médico, dr. Joaquim Paulo, mais parecia um alliado da morte”.

Na edição do dia 6 de janeiro de 1927, o jornal *A Nação* publicou uma matéria na qual afirmou que “os recursos da colônia não podem ser mais exíguos do que eram”. O jornal notificou que os presidiários prestavam pesados trabalhos forçados, para então ganhar, anualmente, entre 50 e 300 réis (e muitos não ganhavam nada), sendo que a quantidade de alimento que era servida nas refeições estava de acordo com a produtividade no serviço Aquele que adoecesse era obrigado a trabalhar da mesma forma. Prosseguindo, a matéria citava um funcionário do presídio chamado Mauro Panha, que se apossava dos bens dos mortos. Ele “arrecadava tudo: até as alianças”. Quanto à alimentação, não podia ser pior: feijão, arroz, farinha e carne seca ou “carne verde”, sem tempero e mal cozidos.

No dia 4 de fevereiro de 1927, o mesmo jornal publicou a correspondência de um português, não identificado, que narrou a sua versão sobre o presídio. Segundo ele, “há muitos insetos, serpentes e pantanos” por aqui. O presidiário confirmou os castigos físicos e o trabalho forçado aos quais eram submetidos. Segundo contou, durante a noite os presidiários doentes gritavam de dor, e ao amanhecer os presos recolhiam em média dez corpos. Na mesma matéria, o jornal entrevistou um ex-sargento da armada de São Paulo, chamado Alexandre Ribeiro, que era o encarregado pelo cemitério de Clevelândia. Segundo ele, foram sepultados mais 600 homens no cemitério, inclusive vários menores, entre eles Moyses Guedes, identificado em seu prontuário como “indesejável”. Moyses foi vitimado pelo impaludismo: “liquidou-o, antes de tudo, uma ferida de mau caracter, na boca. Pode dizer no seu jornal que não lhe fizeram curativos. Morreu a mingua de assistência medica”, diz Ribeiro. Outro entrevistado, Avelino Resende, afirmou que os presidiários eram espancados com golpes desfechados com umbigo de boi, “bolos nas mãos”, socos e pontapés. Antes de serem espancados, os presos eram algemados pelas mãos e pés. O ex-presidiário denunciou que os funcionários do presídio se apossavam da melhor parte da alimentação, restando aos presos apenas as migalhas. Havia censura das correspondências dos presos, e todas as cartas eram abertas antes de serem entregues aos destinatários. Os presos que recebiam dinheiro eram internados e morriam, e os funcionários do presídio se apossavam do dinheiro. Esse foi o caso de Horácio Zamattaro, um ex-soldado de Catanduvas que recebeu 1000 réis e, poucos dias depois, estava morto no hospital, diz Resende.

O periódico *A Plebe*, na edição do dia 12 de fevereiro de 1927, publicou

depoimentos e cartas de vários ex-presidiários anarquistas que estiveram em Clevelândia. Uma carta de José Maria Varella pedia a um companheiro não identificado, que lhe arrumasse alguns réis para que pagasse a sua liberdade. Varella dizia que estava muito doente: “tenho certeza de que não tenho mais cura (...) A miséria por que tenho passado estes dois, três (já vai três) mezes, ultrapassou os limites da minha estructura orgânica”. O anarquista dizia estar quase nu, e pedia para que a sua companheira não fosse informada dessa situação, senão ela correria o risco de piorar o seu estado de saúde. Outra correspondência publicada foi a de Manuel Ferreira Gomes (datada do dia 14 de dezembro de 1925), na qual afirmava que “dia 12 do corrente conseguimos fugir da Clevelândia e aportamos em Saint Georg, uma povoação francesa, à margem do rio Oiapoque”. Gomes dizia que, apesar de todas as dificuldades provenientes de estar ilegal no território francês, aqui “é melhor do que a Clevelândia”. A carta é encerrada com a solicitação de “uns réis para adquirirmos salvo-conducto”.

Pedro Motta, um militante anarquista, escreveu uma carta, também publicada no periódico *A Plebe,* na qual dizia que estava em Saint Georg com mais quatro anarquistas foragidos de Clevelândia. Mota falava das dificuldades de sobreviver de forma clandestina, devido a falta de trabalho e de hospital. O anarquista afirmou que recebera os 400 réis enviados, e que o dinheiro foi dividido entre os cinco anarquistas e informou que: “Os camaradas Varella, Nino Martins, Paradas e José Nascimento, como deveis saber, são fallecidos”.

Outra carta, enviada no dia 2 de fevereiro de 1926, cujo o remetente não foi identificado, comunicava a morte de Pedro Mota, pela falta de medicamentos e alimentação. Solicitava o envio de algum dinheiro para que os anarquistas que estavam em Saint Georg pudessem retornar às suas casas. O solicitante escreveu: “Camaradas, se não fosse a situação horrível e desoladora porque estamos passando neste momento, não te pediria coisa alguma”.

As correspondências dos presidiários anarquistas descrevem as dificuldades e aflições pelas quais passaram. As cartas registram os momentos de solidariedade entre os presidiários, e as discussões promovidas no presídio sobre os problemas sociais e eventos relacionados ao dia primeiro de maio. As cartas denunciam que a administração do presídio colocava a fiscalização dos presidiários sob a responsabilidade dos presos que pagavam pena por crimes comuns, dando-lhes o direito de uso da força física contra os presos políticos, fato que provocava conflitos

entre os presidiários.

A quantidade de depoimentos é muito grande, e contam histórias de pessoas reais, ainda que a imprensa tenha selecionado a publicação do que lhe interessava. São vidas de pessoas angustiadas que lutavam pela sobrevivência, mesmo sabendo que a possibilidade de contrair doenças fatais era imanente.

No dia 22 de fevereiro de 1927, *O Combate* anuncia a chegada dos últimos prisioneiros de Clevelândia, chegados no vapor “Macapá”. São oito homens “todos muito doentes”. Dois presidiários que desembarcaram foram entrevistados: o padeiro português Manoel Bianco e o cozinheiro espanhol Gaspar Correa Paz. Ambos afirmaram que desconheciam os motivos das suas prisões. Eles contaram que ainda havia presos em Clevelândia que não puderam embarcar devido a gravidade do estado de saúde. Em outra edição, do dia 7 de fevereiro do mesmo ano, o ex-presidiário Augusto da Silva Ramalho afirmou que também desconhecia o motivo da sua prisão.

Chama a atenção que vários ex-presidiários afirmaram que foram presos sem qualquer justificativa ou responsabilidade criminal. Uma constatação é que, muitos deles se identificaram como estrangeiros, de origem européia, quase sempre espanhóis ou portugueses. Essa constatação sugere algumas possibilidades: os ex-presidiários afirmavam que não tinham culpa criminal por receio de ficarem expostos novamente à repressão. Outra possibilidade sobre a prisão dessas pessoas é a de que realmente tenham sido presas arbitrariamente pelo governo Bernardes. Em seu estudo sobre a repressão no Brasil, Pedroso esclarece que:

> O imigrante foi apresentado como o elemento de salvação da lavoura, visto que trabalhava apenas em troca da alimentação. Posteriormente esse imigrante transformou-se, sob o olhar oficial, em elemento indesejável. Concentrando-se nas cidades e com experiência de militante político na Europa, passou a ser visto como perigoso à ordem social. (PEDROSO, 2003, p. 118)

Além da rigorosa vigilância ao cidadão estrangeiro nas primeiras décadas do século passado, havia uma legislação prisional extremamente autoritária, que segundo Cancelli (2005) dava à polícia o poder de prender os suspeitos de conspiração. A autora ressalta que os motivos para aprisionar eram diversos, inclusive o alcoolismo, a desordem e o ócio.

Durante vários dias consecutivos, o jornal *O Combate* realizou uma

campanha para a arrecadação de fundos financeiros para ajudar um ex-presidiário de Clevelândia, o paulista José Pedro Moreira, que fugiu daquela do presídio, mas foi detido no estado de Alagoas. O objetivo da campanha era gerar recursos para trazê-lo de volta a São Paulo.

No dia 14 de janeiro de 1927, *O Combate* publicou a matéria “Continuam as deportações para a necrópole Clevelândia?” Na matéria o jornal denunciou que “o vapor Vasconcellos está em Recife, com 200 presos do Rio que vão para Clevelândia”. No dia 25 janeiro do mesmo ano, o jornal publicou que “o navio Vasconcellos retornou do Recife com os 276 presos que iam para o Oiapoque”. Os presidiários receberam a anistia e escaparam do desterro.

Muitos presos denunciaram que, no retorno de Clevelândia, ao passarem pó Belém, foram obrigados a assinar um documento declarando que nunca sofreram qualquer tipo de violência ou privação naquele presídio. Assinar o documento era condição para ganhar a liberdade. E os presidiários assinaram, não tiveram outra alternativa.

Pelo exposto, fica claro que o presídio de Clevelândia do Norte foi uma violência contra a vida. É na constatação dessas atrocidades que muitos historiadores são levados pela emoção e acabam se traindo, ao concluírem que a dissidência foi exterminada num “campo de concentração”. Mais uma vez é preciso ressaltar que o presídio e todo aparato repressivo, assim como as formas de resistência, são forjados nas lutas, nos embates, nas estratégias para o confronto. E, além disso, a dissidência não sucumbiu, ela continua na arena das disputas políticas dos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, Clevelândia do Norte é uma zona militarizada, onde os civis são considerados como pessoas estranhas, podendo entrar para conhecer o local, desde que previamente autorizados a fazer a visita. Dentro da vila, o visitante civil é ritualisticamente acompanhado por um soldado que carrega no ombro um fuzil.

Para ter acesso à vila dos moradores civis, que fica ao lado da base militar, é necessário passar por dentro da base. Aliás, mesmo para ir à vila civil, é necessário ter a autorização do exército. Da mesma forma, a visita aos civis acontece em companhia de um militar.

Os moradores da vila civil são pequenos agricultores e profissionais de outras atividades. São descendentes dos colonos que vieram ocupar a região à época da construção da vila, no início da década de 1920 e dos ex-presidiários que chegaram posteriormente, portanto, são pessoas que conhecem muitas histórias sobre o tema, no entanto, são proibidos de falar, aliás, o visitante é proibido de perguntar sobre o presídio de Clevelândia.

Em uma das visitas que fiz ao local, conversei com alguns moradores, mas quando o tema era o presídio de Clevelândia eles apenas olhavam para o soldado com o fuzil e silenciavam. Numa das vezes, o morador aproveitou a retirada do soldado, que foi à cozinha beber água, e disse: “não podemos falar”.

Além disso, o exército mantém um arquivo fechado em Clevelândia, onde, ao que parece, são guardados documentos relativos a épocas diferentes, inclusive sobre o presídio, no entanto não estão acessíveis para consulta. O exército não nega a existência do arquivo, apenas afirma que está fechado.

O certo é que, atualmente, a vila militar de Clevelândia do Norte guarda mistérios e continua a silenciar vozes que insistem em não calar. É um lugar que mantém, entre outras coisas, um cemitério, onde foram enterrados, em valas coletivas, centenas de homens que, de alguma maneira, ameaçavam a ordem republicana.

A poucos minutos dali, está a cidade do Oiapoque, que também fica localizada na margem do rio Oiapoque. A cidade, que foi tão debatida na imprensa no final da década de 1920, tem hoje uma população de aproximadamente 10 mil

habitantes. A cidade mantém algumas peculiaridades como a confluência diária de grupos sociais distintos: brasileiros, muitos indígenas, cidadãos franceses, garimpeiros e outros. Ouve-se falar línguas e dialetos diferentes, as crianças crescem aprendendo a língua francesa e alguns povos indígenas da região falam, além da língua nativa, o francês, e não falam a língua portuguesa, por exemplo.

O site da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) apresenta algumas informações bastante significativas sobre o Oiapoque. Na parte superior da página, a frase: “Aqui começa o Brasil que pouca gente conhece”. Logo abaixo uma foto do obelisco inaugurado pelo Marechal Rondon, com a frase: “aqui começa o Brasil”. Abaixo da foto, o texto: “O dia começa sempre quente no Oiapoque. Faça chuva ou faça sol é sempre quente naquele pedaço do mundo onde termina ou começa o Brasil, dependendo da direção que se venha. Mas a gente só percebe que está no extremo do país pelo obelisco com a frase ‘Aqui começa o Brasil’. Do outro lado só Guiana Francesa. Nessa cidade, famosa em prosa e verso, policiais federais, em menor número do que o necessário, se esforçam dia e noite para colocar ordem na fronteira.”

O texto registra que no Oiapoque, os criminosos usam o transporte fluvial para promover as suas ações. Essas atividades são descritas da seguinte forma: “Traficantes de armas do Suriname, de drogas como maconha e crack, e também os contrabandistas de ouro e pedras preciosas se utilizam de embarcações, conhecidas como “voadeiras”, que lhes possibilitam o acesso rápido e fácil a qualquer desvio do Rio, bem como a entrada e ancoragem as margens do próprio Rio Oiapoque.”

A pequena cidade do Oiapoque e a atual base militar de Clevelândia do Norte são lugares que condensam muita tensão social. Tanto as força armadas e as polícias, quanto o crime organizado intimidam os demais moradores civis da região. Mas, ao mesmo tempo esses quatro segmento (exército, polícias, criminosos e os demais cidadãos civis) estabelecem relações diversas: formam pactos, entram em conflito, silenciam, denunciam. E essas relações são atravessadas pelos interesses políticos partidários, o que torna essas relações ainda mais tensas.

Por outro lado, é importante ressaltar que a demarcação da fronteira do Brasil com Guiana Francesa foi efetivada somente em 1900, logo depois que o “exército

defensor do Amapá", liderado por Francisco Xavier da Veiga Cabral[29], entrou em choque com tropas francesas no norte do Amapá, que à época pertencia ao estado do Pará. Foi necessário um confronto armado traumático, com morte de ambos os lados, para que a questão da fronteira fosse resolvida.

Observa-se que antes, o conflito era territorial, envolvendo a questão da soberania nacional, e hoje, os conflitos são de outra ordem: o crime organizado, a questão indígena, as políticas de preservação da floresta, a biopirataria etc. No entanto, os conflitos de terra permanecem, envolvendo os povos indígenas, as madeireiras, as mineradoras, os garimpeiros, entre outros agentes sociais. Na realidade, os conflitos pela terra estão postos desde a ocupação dos portugueses no local, a partir do século XVII, quando a Amazônia foi efetivamente ocupada, despojando os indígenas do direito a terra.

A história da região é marcada por conflitos intensos, e o presídio de Clevelândia do Norte atravessa esses conflitos, ou melhor, reafirma as tensões sociais na localidade. Na visão do Estado, os prisioneiros vieram para Clevelândia para contribuir na política de ocupação da fronteira, ao mesmo em que eram punidos pelos crimes que cometeram. Observa-se que a hipocrisia do Estado relacionou a questão da fronteira territorial com o problema da criminalidade no país e criou o presídio. Ironicamente, o Oiapoque tem no centro dos conflitos atuais o problema da criminalidade internacional, e os conflitos territoriais que envolvem disputas locais.

Em 2002, a região foi alvo de novas polêmicas e conflitos. O governo Fernando Henrique Cardoso decretou a criação da maior Unidade de Conservação do mundo: o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, com 3,8 milhões de hectares. A decisão foi tomada de forma arbitraria, sem considerar os interesses e o modo de viver das comunidades locais, inclusive as comunidades indígenas. O Parque ocupa quase um terço do estado do Amapá, incluindo parte do município do Oiapoque, além de uma parte do norte do Pará. A criação do Parque causou polêmicas no estado, pois a Unidade de Conservação classificada como Parque

[29] O "exército defensor do Amapá" foi uma espécie de milícia formada por cidadãos brasileiros, com o objetivo de combater os franceses que ocuparam a faixa de terra no norte do Amapá, no final do século XIX. No entanto, os conflitos territoriais na região se arrastavam desde a época colonial. Francisco Xavier da Veiga Cabral, mitificado como "cabralzinho", era um cidadão que compunha as forças armadas do estado do Pará. Cabralzinho foi um dos combatentes das forças legais contra o movimento da Cabanagem. (REIS, 1949)

Nacional não admite a presença de pessoas no seu interior[30]. Diante das polêmicas, ficou uma questão: se a categoria de unidade de conservação “parque nacional” não admite a presença de pessoas no seu interior, as comunidades indígenas e tradicionais (pequenos agricultores, ribeirinhos e remanescentes de quilombos) que habitam o local, mantendo-o, historicamente preservado, terão que deixar as suas terras? De acordo com a legislação vigente, a reposta é positiva.

Novamente estamos diante de uma batalha envolvendo a questão territorial, a opressão de sujeitos comuns e a arbitrariedade do Estado.

Refletir sobre essas questões do presente é um esforço que eu identifico como o “caminho de volta”, que a obra *Muitas memórias, outras histórias* apresenta como o questionamento da “natureza e o lugar social de nossa atividade profissional e de nossa escrita.” (FENELON, 2000,p. 11)

Se os estudos históricos devem ter uma relação com a realidade presente, penso que o estudo que agora encerro não pode deixar de refletir sobre os problemas sociais do Oiapoque nos dias atuais. O mundo todo tem voltado os seus olhares para a Amazônia, e o estado do Amapá, mais especialmente o município de Oiapoque, volta a ser um dos centros do debate, pois nessa região, a fauna e flora estão bastante preservadas, e os povos indígenas conseguiram preservar a sua cultura: os rituais, a língua e o modo de perceber e se relacionar com o mundo.

Por outro lado, buscando ampliar os balanços finais deste trabalho, penso que é pertinente refletir sobre o atual sistema penitenciário brasileiro. Nos últimos meses a população testemunhou várias cenas que chocaram a opinião pública, provocando sentimentos de horror, rancor e de impunidade. Viu-se o caso de uma adolescente que foi presa em cela com homens adultos, sendo violentada e estuprada por muitas vezes. O crime organizado convive com a inoperância e com a corruptividade do Estado. Dessa maneira, os presídios e os presidiários, são submetidos a uma rede comercial criminosa.

A revista *Super interessante*, na edição do mês de março de 2008, publicou uma matéria intitulada *A cadeia como você nunca viu*, na qual apresenta uma radiografia do sistema carcerário no país. A matéria começa com o trecho: “As 116 prisões do Brasil formam uma nação à parte. Um país com economia própria,

[30] A Lei 9.985 de 18.07.2000, institui dos tipos de áreas protegidas no Brasil, incluindo entre elas a Unidade de Conservação denominada Parque Nacional. O Parque Nacional da Montanhas do Tumucumaque foi criado pelo Decreto de 22 de agosto de 2002.

movida a extorsão, suborno e comércio ilegal. Um lugar cheio de leis não escritas (...)". Produzida a partir de investigações e entrevistas, a matéria escrita por Fátima Souza e Alexandre Versignassi descreve a prisão brasileira como uma instituição deturpada, repleta de vícios e atravessada por relações sociais marcadas pela violência, pela corrupção e pela opressão (seja por parte do Estado ou do crime organizado), que atinge tanto os presidiários quanto os funcionários do presídio.

Na matéria, vários presidiários narram a sua "odisséia" nos presídios, constatando, por exemplo, que todo presídio tem um "piloto" (líder) ao qual todos devem respeito. O "piloto" é o porta-voz do crime organizado no presídio. A superlotação é um dos problemas mais visíveis nas prisões, sendo que em muitas penitenciárias, os presos têm que se revezar para dormir, ou então, pagar alguns reais para ter o direito a um "cantinho". A revista afirma que hoje são 262 mil vagas nos presídios para 437 mil presidiários, e o Estado reconhece esse problema, e aponta a superlotação como causa do comércio de objetos e serviços como: espaço para dormir, colchões, bebidas, drogas, alimentos e segurança (integridade física). Maurício Kuehne, diretor de Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça dá a seguinte declaração à revista: "Essa situação vai mudar quando houver um estabelecimento penal que acomode a todos, em que não haja a necessidade de disputar espaços. Ai você liquida o comércio".

Pela observação empírica é possível constatar que, historicamente, os presídios brasileiros, tanto hoje como no passado, têm servido para violentar os direitos humanos e\ou para fortalecer a criminalidade, uma vez que os presídios, especialmente os atuais, são espaços controlados pelo crime organizado. A pretensão positivista que concebia a prisão como o lugar de "regeneração" do criminoso não se concretizou e parece que está falida.

Em um debate que participei sobre o presídio de Clevelândia do Norte, um expectador perguntou se eu não achava que era hora de criar "novas Clevelândias" no Brasil, diante da criminalidade atual.

Penso que a sociedade brasileira deve repugnar as atrocidades cometidas contra os presidiários de Clevelândia do Norte, assim como devem repugnar o atual sistema carcerário brasileiro. Minhas reflexões não se encaminham para a indicação do sistema carcerário ideal, aliás, nem penso que seja possível a existência de uma prisão ideal, elas sempre serão opressoras.

A questão que quero colocar é que, a má distribuição de renda e as injustiças

sociais no Brasil, e a oposição a essa situação, produziram tanto o presídio de Clevelândia quanto o Carandiru e os outros presídios brasileiros. São instituições criadas no centro da composição conflituosa da sociedade, sendo que os seus objetivos são o silenciamento do oposto.

Por isso, a minha posição é que a constituição de “novas Clevelândias” não resolverá o problema do país. O que as pessoas precisam fundamentalmente é de dignidade.

O presente trabalho não pretende ser conclusivo, principalmente por tratar de um tema que envolve muitos interesses em conflito, num momento delicado da história brasileira. Essa constatação é válida tanto para a análise do presídio de Clevelândia, quanto para as reflexões relacionadas ao sistema carcerário dos dias atuais.

Em relação aos estudos sobre o presídio de Clevelândia, a minha satisfação é pensar que foi possível produzir um trabalho que volta os olhares da historiogradia brasileira para uma região tão vasta e esquecida pela historiografia oficial. A esse respeito, vejo pertinência em Mary Del Priore (2003), que constata que nos “grandes centros acadêmicos brasileiros” a história é produzida de maneira a priorizar os acontecimento dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Cria-se uma visão preconceituosa, fazendo parecer que em outros lugares do Brasil, não há história, ou se há, ela é inferior. A autora esclarece:

> No Sudeste, contudo, raros grupos se preocupam em pensar outras regiões do Brasil. No Rio, nos esquecemos do Acre. Em São Paulo, do Amapá. Em Minas, do Piauí ou Maranhão. Seguimos impávidos, fazendo a história do Brasil sem levar em conta terras e gente que continuamos ignorando. (DEL PRIORI, 2003, VIII)

Del Priore fala da necessidade de construir a “história das margens”, de povos e sujeitos esquecidos pela historiografia conservadora. É uma concepção que converge com a perspectiva que concebe a sociedade como um espaço de confrontos, pressupondo a existência ativa de sujeitos comuns. Nessa compreensão da história, é possível situar a Amazônia e os sujeitos que lá habitam, concebendo aquela sociedade não apenas como um reflexo dos acontecimentos do centro-sul do país, mas como uma localidade onde as pessoas são reais e estabelecem relações igualmente reais entre si e com o mundo.

Uma constatação curiosa que não poderia deixar de ser registrada é que o Oiapoque, que foi tão denegrido pela imprensa dos anos 20, assim como a Amazônia, que historicamente foi apresentada como o fim do mundo, hoje são reconhecidos pela comunidade internacional como a “farmácia do planeta”, local para onde tem se dirigido a atenção dos cientistas do mundo todo, que buscam na “floresta pestilenta” de outrora a cura para as mais graves doenças da atualidade.

Pretendo que este estudo seja a retomada das reflexões sobre o presídio de Clevelândia do Norte, concebendo o tema a partir dos conflitos sociais, a partir da ótica da resistência, rompendo com a versão que restringe o presídio ao massacre da oposição a ordem republicana vigente.

Certamente que virão outras pesquisas que vão questionar, levantar problematizações e construir outras memórias e outras histórias sobre o tema. Ainda bem que é assim, mas que venham reconhecendo a potência revolucionária da voz dissidente, e com a compreensão de que Clevelândia e o Estado não podem silenciar essas vozes, porque estas são reais, ainda que a história conservadora tente silenciá-las.

Finalmente, quero atestar que, romper com o academicismo não é uma tarefa fácil. Durante o tempo que cursei o mestrado, fui refletindo e montando estratégias para que a minha dissertação não se reduzisse a mais uma teoria sobre Clevelândia.

Pelo menos sei que consegui romper com o engessamento das lutas sociais e pude enxergar os presidiários resistindo naquela prisão. Percebi que não eram apenas sujeitos derrotados, silenciados pela violência, passiveis de serem identificados por números e listas. Eles viveram, se mexiam e agiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICINO, Rogério. **Clevelândia do Norte**. Guanabara: Biblioteca do Exército Editora, 1971.

AQUINO, Maria Aparecida. DEOPS/SP: Visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, Maria Aparecida *et al* (Org). **A constância do olhar vigilante:** a preocupação com o crime político. Família 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa oficial do Estado, 2002.

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista:** uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Teses e Monografias, Vol. 3)

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BRASIL. Lei 9.985 de 18.07.2000. Institui dois tipos de áreas protegidas no país: as públicas e as privadas ou particulares. Brasília: Senado Federal, 2000.

_____. Decreto de 22 de agosto de 2002. Cria o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. Brasília: Poder Executivo, 2002a.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARGO, Aspásia. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Sérgio Paulo (Orgs). **Brasil: um século de transformação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. **História: Questões & Debates**. Curitiba: UFPR, jan/jun 2005, nº 42, p. 141-156.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas:** imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATALLO, Pedro. Subsídios para história do movimento social brasileiro. **Revista Verve**, São Paulo: O Programa, abril de 2007, nº 11.

COELHO, Mauro Cezar. Diários do cabo Norte: interesses de Estado e relato de viajantes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia: modernização e conflitos (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA\NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915**. São Paulo: Educ; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos** – Memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORI, Mary. Prefácio. In: DEL PRIORI, Mary; GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios:** Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1977.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987. Vol.2.

FAUSTO, Bóris. **Fausto**, **Boris**. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1983.

FENAPEF. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. Disponível em www.fenapef.org.br\htm\com_noticias_exibe.cfm¿Id=50750. Acesso em 26 de março de 2008.

FENELON, Déa Ribeiro et al. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al*. **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987, p. 162-192.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1986.

GUIMARÃES, Silvana Goulart; TELES, Regina Mara. **Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão. São Paulo: Brasiliense, 1983.**

GEA. GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Bases do Desenvolvimento Sustentável. Coletânea de Textos. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 1999.

GOMES, Ângela Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

KOSSOY, Bóris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa do Estado de São Paulo/Arquivo do Estado, 2003.

MENEZES, Lená M. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Protestos, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996)

PARRA, Lucia Silva. **Os combates pela liberdade:** o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PEDROSO, Célia Regina. **Os signos da opressão:** história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão:** a revolução mundial e o Brasil - 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHIRO, Sérgio Paulo (Orgs). **Brasil: um século de transformação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel,1968, Tomo I, volume I, pp. 257-272.

_____. **Território do Amapá: perfil histórico.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949.

_____. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Belém: SECULT, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Lock, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. São Paulo: Ática, 2004, p. 51-77.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração. **Revista Verve**. São Paulo: O Programa, 2003, nº 4.

_____. Clevelândia do Norte – aqui começa o Brasil. **Revista Verve**. São Paulo: O Programa, 2003a, nº 3.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia:** anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. **Moral Pública e martírio privado:** a colônia penal de Clevelândia do Norte. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**: Revista do Programa Pós-Graduado em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1982.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Luiz Jacintho da. O controle das endemias no Brasil e sua história. **Revista ciência e cultura**, São Paulo: SBPC, vol. 55, número 1, jan/mar de 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Fátima; VERSIGNASSI, Alexandre. A cadeia como você nunca viu. **Super Interessante**. São Paulo: Editora Abril, março 2008, p.54-65.

THOMPSON, Paul. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Orgs). **Os senhores dos rios:** Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERVE. Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo: O Programa, 2007, nº 11, p.

VILAR, Pierre. **História marxista, história em construção**. Lisboa: Estampa, 1976.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FONTES

JORNAIS CONSULTADOS

A Nação – Consultado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

A Plebe – Consultado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

O Combate – consultado no Arquivo do Estado de São Paulo

O Paiz – Consultado na Biblioteca Nacional

FOTOGRAFIAS DO PRESÍDIO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

Arquivo Público Mineiro: Acervo Arthur Bernardes

FOTOGRAFIAS DA ATUAL VILA MILITAR DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

Rosália Maria de Oliveira

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo